

UM MÊS APÓS O CONGRESSO A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO CONFIRMA AS ANÁLISES E AS DIRECÇÕES DE LUTA

A reunião plenária do Comité Central do PCP da passada segunda-feira aprovou um documento sobre a situação política que aponta a necessidade de intensificação da luta por uma alternativa à actual política e ao actual governo

Pág. 3

REACÇÃO DERROTADA NA VOTAÇÃO SOBRE A LEI DO ABORTO

Pág. 6/Suplemento



NOVA POLÍTICA NOVO GOVERNO

Uma vontade afirmada em todo o País nas manifestações do passado sábado

Págs. centrais



Álvaro Cunhal com Fidel Castro

Entrevista de Álvaro Cunhal no regresso de Cuba e Nicarágua

● A perigosa situação na América Central e nas Caraíbas resulta apenas da política de ingerência e agressão do imperialismo norte-americano.

● Cuba:

- Notável avanço em todos os domínios.
- Firmemente determinada a defender-se de qualquer agressão.
- Cuba vive em paz, trabalha em paz e deseja a paz.
- Alto apreço pela sua actuação internacionalista.
- Activamente solidários para com os comunistas e o povo de Cuba.

● Nicarágua:

- A revolução nicaraguense: um facto histórico e uma realidade nacional.
- A Frente Sandinista no Poder é a própria garantia da independência da Nicarágua.
- Há partidos e há liberdade de imprensa.
- «O que nos preocupa não é o resultado das eleições mas o aproveitamento que as forças contra-revolucionárias podem fazer para desestabilizar a situação.»
- Desenvolver o movimento de solidariedade para com a Nicarágua contra a ingerência norte-americana e a ameaça de intervenção militar directa.

● Na América Latina é incontível e irreversível a luta libertadora dos povos.

Suplemento

COMUNICADO CONJUNTO PCC-PCP

Pág. 2

SEMANA

25
Quarta-feira



Bettino Craxi

A DORAL do PCP considera que a decisão governamental de autorizar a instalação de uma estação de rastreio na Fôia «ao serviço da corrida armamentista e da estratégia dos círculos mais agressivos da NATO, vem colocar à população do Algarve a necessidade imperiosa de reforçar a luta pela paz». Em entrevista publicada no «Pravda», o chefe de Estado soviético, Lúri Andrópov, reafirma o desejo de diálogo do seu país e a exigência da retirada dos mísseis norte-americanos «Pershing-II» e «Cruise». Segundo revelam a televisão e a imprensa da RFA, o ministro da Defesa do país, Manfred Woerner, pediu o apoio no sei das FFAA devido à sua conduta no chamado «caso Kissling», que foi demitido do cargo de comandante adjunto da NATO por alegado envolvimento em casos de homossexualidade. O primeiro-ministro italiano Bettino Craxi declara que a nova concordata que a Itália se prepara para assinar com a Santa Sé irá marcar o termo das relações privilegiadas entre o Estado e a Igreja Católica, em função de relações baseadas na igualdade de todas as confissões religiosas perante a lei.

26
Quinta-feira

Começa em todo o País a jornada de luta convocada pela CGTP-IMP, abrangendo com pré-avisos de greve mais de meio milhão de trabalhadores; a jornada, que prosseguirá amanhã, destina-se a defender o sector empresarial do Estado. A agência Angop acusa o Governo português de agravar o estado das relações entre Portugal e Angola ao continuar a permitir liberdade de actuação à Unita e a outros grupos antiangolanos. Milhares de pessoas concentraram-se frente à Assembleia da República para manifestarem o seu apoio ao projecto de legalização do aborto, numa iniciativa promovida pelo MDM e pelos departamentos de mulheres e jovens das uniões dos sindicatos de Lisboa e Setúbal. A Líbia advierte contra «qualquer intervenção estrangeira no conflito do Tchad», na sequência da intervenção das tropas francesas contra uma unidade militar do governo da Unidade Nacional do Tchad (GUNT), de que resultou o abate de um «caso Kissling», francês. Devido aos erros cometidos no «caso Kissling», a maior parte da imprensa da RFA exige a demissão do ministro da Defesa, Manfred Woerner.

27
Sexta-feira



Setenave ameaçada

A Assembleia da República aprova um projecto apresentado pelo Partido Socialista de despenalização da interrupção voluntária da gravidez; votaram favoravelmente 132 deputados do PS, PCP, MDP, UEDS, o deputado de «os Verdes», um da ASDI e um do PSD, e contra 102 do PSD e do CDS; absteve-se um deputado do PS. Reunidos em plenário, os trabalhadores da Setenave repudiam energicamente a resolução do Conselho de Ministros de ontem que prevê o despedimento de mil trabalhadores, a redução de salários, o corte de regalias sociais, reformas antecipadas e a suspensão do contrato de trabalho. Angola acusa o regime racista da África do Sul de não estar realmente interessado no estabelecimento de um período de tréguas a partir de 31 de Janeiro.

28
Sábado

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, regressa de uma visita a Cuba e à Nicarágua. O Governo de União Nacional de Transição do Tchad (GUNT), em luta contra o governo de Ndjaména, ameaça a França com uma «reação apropriada» e anuncia que faz um apelo à Líbia para ajuda militar. O ministro belga da Defesa, Freddy Vireven, anuncia que chegará este ano à Bélgica cerca de 400 militares norte-americanos para preparar a instalação dos mísseis «Cruise» no país. Segundo o MNE do regime racista sul-africano o secretário de Estado adjunto dos EUA para a África, Chester Crocker, terminou hoje na cidade do Cabo 24 horas de «negociações profundas» sobre a situação na África Austral.

29
Domingo

Discursando numa festa-convívio promovida pela Comissão Concelhia de Cascais, o camarada Octávio Pato, do Secretariado Político Permanente do CC do PCP, sublinha que são cada vez mais numerosos os sectores da vida portuguesa que se manifestam contra o Governo. A Comissão Política Distrital do Porto, do PSD, critica o apoio dado a Mota Amaral por uma moção aprovada na sexta-feira pela assembleia distrital daquele partido. As eleições no Equador para a presidência e vice-presidência da República desenrolaram-se no país, numa primeira volta, com 3,7 milhões de inscritos e nove candidaturas. Os dirigentes sindicais bolivianos aceitam as medidas económicas propostas pelo governo do presidente Siles Suazo e levantam a greve da fome. É assassinado em Espanha o ex-comandante militar da região de Madrid, tenente-general Lacaci, tendo o crime sido atribuído à ETA.

30
Segunda-feira



Octávio Pato

Em conferência de Imprensa, no intervalo da reunião do Comité Central do PCP, Octávio Pato, do Secretariado Político Permanente afirma que o CC do PCP considera que as forças democráticas devem encontrar rapidamente um candidato à Presidência da República. Trabalhadores da Eoonave ocupam a empresa denunciando a grave situação da empresa que atribuem à política do Governo. O ministro das Finanças, Ernâni Lopes, defende no Instituto de Defesa Nacional, o primado da iniciativa privada. Conselho de Informação para a Anjo delibera pedir ao Conselho de Gerência explicações sobre a exonerção do director de informação da agência. Tomam posse os corpos gerentes da Associação 25 de Abril. Pezarat Correia, eleito presidente da assembleia geral, empossado o major Vasco Lourenço no cargo de presidente da direcção e o general Rangel de Lima como presidente do conselho fiscal. Tropas norte-americanas interveem de novo no Líbano, ao lado das forças afectas ao presidente Gemayel.

31
Terça-feira

Al estão os aumentos dos combustíveis, rampa de lançamento para novos e mais pesados aumentos em todos os bens, produtos e serviços. A gasolina super sobe de 84\$00 para 97\$00, a normal de 81\$00 para 92\$00, o gásóleo de 46\$00 para 56\$00, o petróleo iluminante de 46\$00 para 56\$00, o petróleo carburante de 47\$00 para 57\$00, fuelóleo (1%) 21\$00 para 26\$00, o fuelóleo (3,5%) de 19\$50 para 23\$50, o gás butano em garrafas no revendedor de 49\$00 para 59\$00, o gás butano em garrafas no consumidor de 50\$50 para 61\$00, o gás butano a granel de 45\$50 para 53\$00, o gás propano em garrafas no revendedor de 49\$50 para 59\$50, o gás propano a granel de 45\$00 para 53\$00, gás da cidade de 16\$50 para 20\$00 e GPL canalizado de 5\$00 para 61\$90. Uma garrafa de gás butano no consumidor passa de 65\$50 para 79\$00! O governo da Costa Rica emite um mandato de captura contra Eden Pastora, conhecido caluniador da Revolução Sandinista, que entrara no último fim-de-semana na C. Rica.

Editorial

NOVO PASSO PARA APLICAÇÃO DAS DECISÕES DO X CONGRESSO

A crise política assumiu expressões de agudeza que não se compadecem com o protelamento indefinido de soluções adequadas.

A primeira, a que tomará possível abrir o caminho a outras de carácter inadiável, é a demissão do Governo Soares/Mota Pinto e a sua substituição por um outro que responda às exigências sociais e nacionais da hora presente.

«Um novo Governo, uma nova política, Soares e Pinto para a rua!», foram reivindicações categóricas saídas da boca de centenas de milhares de portugueses nas impressionantes manifestações populares do último fim-de-semana.

De maneira inequívoca, nas formas mais diversas, num quadro social e político que se amplia sem cessar, é uma convicção que cresce e profundamente se radica no sentir do Povo português.

Justamente, o Comité Central do PCP eleito pelo X Congresso, na reunião plenária de segunda-feira última, consciente da gravidade do momento que se vive, encimou o documento que faz o ponto da situação nacional e precisa as tarefas imediatas do Partido com significativas palavras extraídas da realidade política e social concreta que vivemos.

«Nova política, Novo Governo — Reclamação Popular, Imperativo Nacional» são palavras que resumem um mandato categórico do povo e a consigna política central do X Congresso do Partido.

As imponentes manifestações populares do último fim-de-semana exprimem uma clara tomada de consciência dos trabalhadores e de outros amplos sectores da população portuguesa de que é impossível resolver os agudos problemas do povo e do País sem uma mudança de política e de Governo num sentido democrático e nacional.

As manifestações, concentrações e acções muito variadas e plenas de combatividade nos principais centros populacionais do País, exigindo trabalho e pão, reclamando o fim do desemprego e o pagamento imediato dos salários em atraso, a actualização da contratação colectiva e o rápido melhoramento das condições de vida do povo, assumiram abertamente carácter político contra o Governo PS/PSD.

Exactamente o carácter político aberto das acções e manifestações populares do último fim-de-semana e o seu impressionante conteúdo de massas que lhes dão uma expressão de vigor e um significado invulgares no desenvolvimento do movimento operário, popular e democrático como factor determinante das grandes mutações políticas.

O bloco de direita que detém o Governo e dita as leis, chamado por Soares e Mota Pinto, divorcia-se cada vez mais do povo, agrava numa escala sem precedentes os problemas nacionais mais sensíveis e a dependência de Portugal ao grande capital português e estrangeiro, ao imperialismo.

Se dúvidas houvesse sobre a razão que assiste aos trabalhadores e sobre a justeza das denúncias do X Congresso do PCP, os acontecimentos mais recentes as dissipariam.

Nos últimos dias nova intensificação da guerra social contra os trabalhadores, novos agravamentos nas condições de vida do povo, novos atentados à subsistência das classes e camadas intermédias da população da cidade e do campo, novas cedências à pressão e aos objectivos económicos e estratégicos do imperialismo.

Medidas brutais são tomadas contra os trabalhadores sob o manto odioso da hipocrisia governamental.

Multiplicam-se as falências com todas as suas consequências sociais.

Uma grande operação contra as empresas públicas e nacionalizadas está em curso com a alienação ao desbarato das empresas controladas pelo IPE, muitas delas entregues aos antigos monopolistas em troca de títulos de indemnização dos capitais expropriados.

As empresas que se aliam são previamente desactivadas, os seus operários alitrados para o desemprego — com ou sem o «lay-off» — empurradas para a falência e vendidas depois de mão beijada aos Mellos da antiga CUF, aos Espírito Santo, aos Champalimaud e quejandos.

O escândalo da abertura de novos estabelecimentos bancários privados com créditos cedidos pela banca nacionalizada representa o cúmulo do despudor de Mário Soares e dos seus amigos.

Por outro lado, a ofensiva contra a Reforma Agrária prossegue pela combinação dos métodos mais brutais com os mais refinados.

O Governo decretou agora a penhora dos bens das UCP's, exigindo o pagamento imediato de um terço dos créditos do CAE mas silenciando ou iludindo a questão do pagamento das suas próprias dívidas às UCP's que ascendem ao quase triplo das dívidas das UCP's ao CAE.

A questão dos subsídios decretados e não pagos há longos meses aos agricultores, as manobras da CAP na JNV que está levando à ruína um grande número de Adegas Cooperativas, a política de preços para o vinho, a batata e outros produtos e o brutal aumento dos custos dos factores de produção arruinam milhares de agricultores, condenam à falência e à miséria a população dos campos.

O novo brutal aumento de antontem nos combustíveis e na energia e o anúncio de novos outros em produtos essenciais constituirão uma nova aceleração na subida do custo de vida, na baixa do poder de compra dos salários, em novos agravamentos da recessão económica.

O documento do Comité Central — que noutra lugar publicamos — fornece dados e números elucidativos da política de desastre da clique governante actual.

Justamente nele se diz que «O traço fundamental da política social do Governo PS/PSD é a redução de todas as verbas que respeitam ao bem-estar da população e o complexo desprezo e insensibilidade pelos sofrimentos e dificuldades do povo português.»

O agravamento da situação social dos trabalhadores e do povo, a degradação económica e financeira sob o létego da crise, a crescente dependência de Portugal do imperialismo e do grande capital são a materialização prática da orientação e da filosofia do Governo do bloco da direita chefiado por Mário Soares.

Se dúvidas houvesse a fria explanação do ministro das Finanças, Ernâni Lopes, no Instituto de Defesa Nacional, com a presença de Mário Soares e Mota Pinto, seria suficiente para os dissipar.

Ernâni Lopes desenvolveu perante os militares ali reunidos o programa da «Fmização» de Portugal e no próprio momento em que os «fiscais» do FMI se deslocam de novo ao nosso país para a verificação do servilismo dos governantes portugueses.

De acordo com as ideias expressas pelo ministro das

Finanças, Portugal ficaria reduzido ao papel de fornecedor de mão-de-obra barata e de matérias-primas e produtos de fraca incorporação do trabalho humano, seria uma «aldeia» dos países mais desenvolvidos.

O ministro anunciou para dentro de poucas semanas os primeiros resultados desta política. Na sua explanação, projectos de desenvolvimento como os do Alqueva e Siderurgia Nacional seriam puramente abandonados; neste capítulo a hipocrisia do Governo, quando aludia antes às suas intenções de os retomar, é chocante.

No dizer do ministro as empresas «inviáveis» devem ser eliminadas. Medidas visando o «enquadramento externo» (leia-se de enfeudamento aos monopólios da CEE) devem ser implementadas.

É de um cinismo atroz que o ministro das Finanças tenha desenvolvido com o beneplácito de Mário Soares a teoria da valorização dos efeitos destruidores da crise para arrancar as modificações de estrutura da economia portuguesa actual que preconiza, o que implicaria milhares de falências de pequenos e médios industriais e mesmo de alguns grandes — que dispõem de outros recursos — e, comfessadamente a «redução de empregos», como se sabe uma das exigências do FMI.

O documento do Comité Central do PCP desenvolve as condições avançadas pelo X Congresso para uma alternativa democrática cada vez mais urgente e necessária em resultado da política antinacional do Governo de Soares e Mota Pinto.

Essas condições reforçam-se ainda mais com a acentuada redução da base de apoio do Governo, a agudização das contradições e dos conflitos no interior da coligação, com o vigoroso desenvolvimento do movimento de massas.

Está hoje claro que a reacção deposita as suas esperanças no papel do PS e pessoalmente de Mário Soares para tentar impor de novo aos portugueses a sua hegemonia de classe.

Compreende-se porquê Vasco de Mello, da família dos Mellos da CUF e um dos barões da CIP, defenda que na fase actual é preferível a um governo de direita «quimicamente pura» o actual Governo chefiado por Mário Soares.

Compreende-se porquê os círculos de direita mais oportunistas do PSD organizados à volta de Rebelo de Sousa e de Júdice preconizem a continuação do Governo de coligação até 1985 e se mostrem tão mansinhos para com Mário Soares.

É estratégia da direita, em tempos afirmada por Freitas do Amaral e Amaro da Costa quando coligados no governo com os socialistas, a destruição do PS ou a sua redução a um grupo inofensivo.

Vê-se agora como a questão da despenalização do aborto foi agitada pelas forças mais reaccionárias para aumentar as pressões sobre o PS, arrancar para a extrema-direita novas concessões, como a possibilidade de uma nova revisão da Constituição com a ajuda do CDS, incidindo sobre a parte económica e os direitos e liberdades dos trabalhadores, numa palavra, para desmantelar Abril.

A reafirmação no documento do Comité Central do PCP de uma alternativa democrática que implique a mudança de política e a substituição de um Governo Democrático de Salvação Nacional ganha nova força com os últimos actos do Governo.

O seu seguimento e reforço da luta de massas e do movimento operário, popular e democrático, o reforço do PCP são condições basilares para tal objectivo.

Comunicado conjunto PC de Cuba-PCP

Uma delegação do Partido Comunista Português composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e por Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, visitou Cuba a convite de Fidel Castro Ruz, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, de 17 a 22 de Janeiro de 1984.

Fidel Castro e Álvaro Cunhal tiveram conversações oficiais em que foram abordados os principais problemas da situação internacional, nomeadamente os referentes à América Latina e às Caraíbas. Neste encontro, que decorreu em ambiente de grande fraternidade, foram tratados assuntos relativos às relações bilaterais entre os dois partidos.

Participaram também nesta reunião Jorge Araújo, membro da Comissão Política do CC do PCP, e Jesus Montane Oropesa, membro suplente do Bureau Político, membro do Secretariado e chefe do Departamento Geral de Relações Externas do Comité Central. Fidel Castro condecorou Álvaro Cunhal com a ordem «Playa Giron» numa cerimónia realizada no Palácio da Revolução.

Durante a sua estadia Álvaro Cunhal teve uma entrevista com Carlos Rafael Rodríguez e encontrou-se com Sergio del Valle, ambos membros do Bureau Político.

A delegação do Partido Comunista Português teve encontros com Jesus Montane Oropesa, membro suplente do Bureau Político, na sede do Comité Central do Partido, e avistou-se com António Peres Herero, membro suplente do Bureau Político e membro do Secretariado, e Jaime Crombet, membro do Secretariado.

A delegação do PCP visitou diversos centros de interesse económico, histórico, político e social em Havana, Santiago de Cuba e na província de Havana onde foram recebidos por José Ramon Balaguer, Jorge Enrique Mendonza, Oscar Fernandez Mell e Pedro Roche, membros do Comité Central.

A delegação do PCP manifestou o grande apreço dos comunistas portugueses pelas extraordinárias realizações e êxitos da Cuba socialista no decorrer dos seus vinte e cinco anos de existência e pelo elevado espírito internacionalista dos comunistas e do povo cubano, activamente solidários com a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Simul-

taamente, reiterou a firme solidariedade do PCP para com a heróica luta do povo cubano na defesa da pátria socialista face às constantes provocações e ameaças do imperialismo norte-americano, agravadas com a recente escalada na América Central e nas Caraíbas.

O Partido Comunista de Cuba destacou o papel de vanguarda desempenhado pelo PCP na luta contra o fascismo e no estabelecimento de um regime democrático, bem como a sua incansável acção nos dias de hoje na defesa das conquistas da classe operária e do povo português. Reiterou a sua solidariedade com os comunistas portugueses bem como o elevado valor que atribui à firmeza ideológica, fidelidade ao marxismo-leninismo e profundo espírito solidário e internacionalista de que têm dado provas. Igualmente manifestou o seu reconhecimento pela constante solidariedade militante do PCP para com a revolução cubana ao longo de todos estes anos de confronto com a agressividade do imperialismo norte-americano.

A delegação do PCP informou sobre a situação em Portugal e a luta travada pelo PCP na vanguarda de um poderoso movimento operário e popular para derrotar a política de restauração monopolista e de submissão ao imperialismo prosseguida pelo actual Governo, para defender as conquistas do 25 de Abril e o regime democrático que as consagra e alcançar uma mudança democrática na vida nacional.

Foi feita referência à recente realização do X Congresso no qual não apenas se constatou o agravamento da crise económica, social e política que o País atravessa, mas se definiu também a orientação a seguir no sentido de contribuir para modificar esta dramática situação. O X Congresso reiterou que a política proposta pelo PCP é capaz de vencer a crise, resolver os grandes problemas nacionais, defender a independência nacional e dar continuidade ao processo aberto pela Revolução de Abril. O X Congresso destacou o papel determinante e insubstituível do PCP e dos trabalhadores na concretização desses objectivos.

Os dois partidos reafirmaram a sua vontade de contribuir para o desenvolvimento das relações de amizade entre os povos cubano e português, bem como das relações entre Cuba e Portugal, baseadas nos princípios de igualdade e respeito mútuo.

As duas delegações reafirmaram a sua inteira certeza, baseada na experiência histórica das vitórias revolucionárias em todos os continentes, no inexorável avanço dos povos na abolição de todas as formas de opressão e exploração e na construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados — a sociedade socialista.

As duas delegações expressaram a sua preocupação face aos graves perigos que se adensam sobre a paz em resultado da política agressiva do imperialismo norte-americano e do papel fundamental na progressiva evolução da humanidade e condenaram firmemente as campanhas de mentiras e calúnias anticomunistas e anti-soviéticas com as quais o imperialismo tenta encobrir e prosseguir a sua política agressiva.

As duas delegações sublinharam que a dimensão da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes revela, por um lado, a crescente diversidade e riqueza da experiência e vias do caminho dos povos na sua irreversível e irreversível marcha para o socialismo e, por outro, a necessidade da assimilação das experiências revolucionárias de valor universal.

As duas delegações denunciaram a recente instalação pelos Estados Unidos dos mísseis «Cruise» e «Pershing II» na Europa Ocidental, realizada com o objectivo de destruir o equilíbrio estratégico existente e alcançar a superioridade militar sobre a URSS e os países socialistas e, desta forma, se colocarem em condições de lançar um ataque nuclear contra a URSS e desencadear uma pretensa «guerra limitada» bem longe do seu próprio território. Face a esta nova e perigosa situação, as duas delegações expressaram a sua compreensão pelas contínuas denúncias anunciadas pela URSS e outros países socialistas, considerando-as necessárias para conter os planos agressivos do imperialismo americano e para a defesa da Paz.

As duas delegações exami-

nam igualmente com especial atenção a perigosa situação para a paz mundial que resulta das brutais ingerências, intervenções, agressões militares e pressões desencadeadas pelo imperialismo norte-americano especialmente na América Latina, na África Austral e no Médio Oriente. Todos os dias a realidade confirma que a luta pela paz — tarefa central da actualidade — é inseparável da luta dos povos pela liberdade, pela independência nacional, o progresso social e o socialismo. Não é possível dissociar estes obstáculos na batalha para resolver as urgentes e dramáticas necessidades dos países subdesenvolvidos, cuja situação não cessa de se agravar e sem a solução dos quais não se pode aspirar a uma paz duradoura e justa.

Ambos os partidos coincidem no sentido de que as realizações e êxitos da URSS e de outros países socialistas na sua persistente política de paz e solidariedade internacionalista desempenham um papel fundamental na progressiva evolução da humanidade e condenaram firmemente as campanhas de mentiras e calúnias anticomunistas e anti-soviéticas com as quais o imperialismo tenta encobrir e prosseguir a sua política agressiva.

As duas delegações sublinharam que a dimensão da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes revela, por um lado, a crescente diversidade e riqueza da experiência e vias do caminho dos povos na sua irreversível e irreversível marcha para o socialismo e, por outro, a necessidade da assimilação das experiências revolucionárias de valor universal.

As duas delegações denunciaram a recente instalação pelos Estados Unidos dos mísseis «Cruise» e «Pershing II» na Europa Ocidental, realizada com o objectivo de destruir o equilíbrio estratégico existente e alcançar a superioridade militar sobre a URSS e os países socialistas e, desta forma, se colocarem em condições de lançar um ataque nuclear contra a URSS e desencadear uma pretensa «guerra limitada» bem longe do seu próprio território. Face a esta nova e perigosa situação, as duas delegações expressaram a sua compreensão pelas contínuas denúncias anunciadas pela URSS e outros países socialistas, considerando-as necessárias para conter os planos agressivos do imperialismo americano e para a defesa da Paz.

As duas delegações examinaram igualmente com especial atenção a perigosa situação para a paz mundial que resulta das brutais ingerências, intervenções, agressões militares e pressões desencadeadas pelo imperialismo norte-americano especialmente na América Latina, na África Austral e no Médio Oriente. Todos os dias a realidade confirma que a luta pela paz — tarefa central da actualidade — é inseparável da luta dos povos pela liberdade, pela independência nacional, o progresso social e o socialismo. Não é possível dissociar estes obstáculos na batalha para resolver as urgentes e dramáticas necessidades dos países subdesenvolvidos, cuja situação não cessa de se agravar e sem a solução dos quais não se pode aspirar a uma paz duradoura e justa.

Ambos os partidos coincidem no sentido de que as realizações e êxitos da URSS e de outros países socialistas na sua persistente política de paz e solidariedade internacionalista desempenham um papel fundamental na progressiva evolução da humanidade e condenaram firmemente as campanhas de mentiras e calúnias anticomunistas e anti-soviéticas com as quais o imperialismo tenta encobrir e prosseguir a sua política agressiva.

As duas delegações sublinharam que a dimensão da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes revela, por um lado, a crescente diversidade e riqueza da experiência e vias do caminho dos povos na sua irreversível e irreversível marcha para o socialismo e, por outro, a necessidade da assimilação das experiências revolucionárias de valor universal.

As duas delegações denunciaram a recente instalação pelos Estados Unidos dos mísseis «Cruise» e «Pershing II» na Europa Ocidental, realizada com o objectivo de destruir o equilíbrio estratégico existente e alcançar a superioridade militar sobre a URSS e os países socialistas e, desta forma, se colocarem em condições de lançar um ataque nuclear contra a URSS e desencadear uma pretensa «guerra limitada» bem longe do seu próprio território. Face a esta nova e perigosa situação, as duas delegações expressaram a sua compreensão pelas contínuas denúncias anunciadas pela URSS e outros países socialistas, considerando-as necessárias para conter os planos agressivos do imperialismo americano e para a defesa da Paz.

As duas delegações examinaram igualmente com especial atenção a perigosa situação para a paz mundial que resulta das brutais ingerências, intervenções, agressões militares e pressões desencadeadas pelo imperialismo norte-americano especialmente na América Latina, na África Austral e no Médio Oriente. Todos os dias a realidade confirma que a luta pela paz — tarefa central da actualidade — é inseparável da luta dos povos pela liberdade, pela independência nacional, o progresso social e o socialismo. Não é possível dissociar estes obstáculos na batalha para resolver as urgentes e dramáticas necessidades dos países subdesenvolvidos, cuja situação não cessa de se agravar e sem a solução dos quais não se pode aspirar a uma paz duradoura e justa.

Ambos os partidos coincidem no sentido de que as realizações e êxitos da URSS e de outros países socialistas na sua persistente política de paz e solidariedade internacionalista desempenham um papel fundamental na progressiva evolução da humanidade e condenaram firmemente as campanhas de mentiras e calúnias anticomunistas e anti-soviéticas com as quais o imperialismo tenta encobrir e prosseguir a sua política agressiva.

As duas delegações sublinharam que a dimensão da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes revela, por um lado, a crescente diversidade e riqueza da experiência e vias do caminho dos povos na sua irreversível e irreversível marcha para o socialismo e, por outro, a necessidade da assimilação das experiências revolucionárias de valor universal.

As duas delegações denunciaram a recente instalação pelos Estados Unidos dos mísseis «Cruise» e «Pershing II» na Europa Ocidental, realizada com o objectivo de destruir o equilíbrio estratégico existente e alcançar a superioridade militar sobre a URSS e os países socialistas e, desta forma, se colocarem em condições de lançar um ataque nuclear contra a URSS e desencadear uma pretensa «guerra limitada» bem longe do seu próprio território. Face a esta nova e perigosa situação, as duas delegações expressaram a sua compreensão pelas contínuas denúncias anunciadas pela URSS e outros países socialistas, considerando-as necessárias para conter os planos agressivos do imperialismo americano e para a defesa da Paz.

Delegação do PCP na Bulgária e Roménia

Partiu antontem para Sófia uma delegação do Comité Central do PCP, composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Albano Nunes, do Comité Central e responsável da Secção Internacional, que visitará nos próximos dias a Bulgária e a Roménia, a convite respectivamente do Partido Comunista Búlgaro e do Partido Comunista Romeno.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 776828/776825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 25361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57 - 3.º Di.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DELEGACÃO DO NORTE: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908/699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Evra, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57 - 4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044.

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776536/776750.

Porto - Rua do Almada, 18 - 2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Deposito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Dezembro: 46 825

PCP

Nova política, novo governo Reclamação popular, imperativo nacional

Nova política, novo governo reclamação popular imperativo nacional

Reunido a 30 de Janeiro para examinar a situação política nacional e as tarefas do Partido, o Comité Central do PCP concluiu que a análise e as orientações do X Congresso estão a ser plenamente confirmadas pelos factos, designadamente pelo desenvolvimento das condições para uma alternativa democrática.

As lutas dos trabalhadores realizadas já depois do Congresso, com destaque para a Jornada Nacional de 26, 27 e 28 de Janeiro, salientam-se entre essas condições pelo amplo carácter unitário que revestem e a grande combatividade que trazem.

A jornada, que compreendeu acções muito diversas, como greves, paralisações, concentrações, plenários, iniciativas de esclarecimento e as grandes manifestações do dia 28, reuniu muitas centenas de milhares de portugueses num grande protesto contra a política do Governo que arrasta o País para a miséria e faz perigar a democracia e a independência nacional e em torno da reclamação de nova política e novo Governo.

Governmento PS/PSD perigo para a democracia e a independência nacional

O balanço de seis meses de acção governativa de Mário Soares/Mota Pinto traduz-se no acentuar da grave crise económica e social, na concessão de elevados benefícios ao grande capital, na limitação das liberdades e na subordinação crescente de Portugal aos interesses do imperialismo.

1. Aprofunda-se a degradação da situação social

As já difíceis condições de vida das massas populares agravaram-se mais. A fome atinge numerosas famílias. Intensificando a exploração dos trabalhadores, fazendo sua política do FMI, o Governo e o grande patronato fazem aumentar o desemprego, praticam uma política de contenção de salários, degradam os salários reais (diminuição de 13% em 1983). O não pagamento de salários alarga-se a mais e mais empresas, tornando verdadeiramente angustiante a situação de cerca de 150 mil trabalhadores.

Os preços não param de subir. A taxa de inflação, atingindo 34% (Dezembro de 83 comparado com Dezembro de 82), ultrapassou todas as marcas. O já anunciado aumento do pão e de outros produtos essenciais bem como o aumento das rendas de casa (podendo atingir os 300%) irá tornar ainda mais dura a existência de milhares e milhares de famílias e, nomeadamente, das de mais baixos rendimentos. O agravamento da carga fiscal a que estão sujeitos os trabalhadores e outras camadas da população, nomeadamente quadros técnicos e intelectuais, acentua igualmente a degradação das suas condições de vida. Em 1984 são as receitas do imposto profissional deverão aumentar 27%.

Agrava-se seriamente a situação dos agricultores (pequenos e médios proprietários, rendeiros e seareiros) em resultado da grande subida dos custos de produção, do atraso e não pagamento de subsídios e indemnizações, da falta de preços compensadores e garantidos e de escoamento para os produtos, das importações desnecessárias e do crédito caríssimo e inacessível.

Os pequenos comerciantes e industriais são duramente atingidos com a quebra vertical das vendas, com os juros bancários incontroláveis e as acentuadas restrições ao crédito, com o aumento das rendas, taxas e licenças, provocando grandes dificuldades de tesouraria, subida de «stocks» acumulados e o aumento das falências.

Os benefícios sociais não escapam à fúria deste Governo. As pensões de reforma e invalidez (aumentadas muito abaixo da taxa de inflação) tornam a vida destas camadas muito difícil. Dilata-se o tempo para pagamento do abono de família, liberalizam-se os preços de elevado número de medicamentos, os quais deixam de estar sujeitos ao regime de comparticipação dos serviços médico-sociais. Tenta-se elevar a idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos.

O traço característico fundamental da política social do Governo PS/PSD é a redução de todas as verbas que respeitam ao bem-estar da população e o completo desprezo e insensibilidade pelos sofrimentos e dificuldades do povo português.

2. Continua a cruzada de espoliação e do desastre económico

Proseguindo a política de recuperação capitalista e latifundista, continuando a cruzada de força centralização, o Governo intensifica a ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária e a transferência à força para os capitalistas e os agrários dos bens do Estado e das Cooperativas e UCP's.

A Reforma Agrária continua a sofrer ataques destruidores (designadamente penhoras de bens das UCP's/Cooperativas, reservas, recusa a cumprir os Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, não pagamento pelo Governo das dívidas às UCP's, recusa a um acordo de contas).

Sabatando e desmantelando as empresas públicas, o Governo destrói um potencial produtivo indispensável ao desenvolvimento do País, aprofunda a crise económica, ameaça lançar no desemprego milhares de trabalhadores. O Governo decidiu extinguir a GELMAR, prepara-se para liquidar a CPP, a SRN, a CTM, projecta a liquidação progressiva da EPNC e da ANOP, vende ao desbarato bens da SNAPA, promove o desmembramento da SNAB, retomou a ofensiva contra a SETE-NAVE e acaba de brindar o grande capital e as multinacionais com o cobigação negócio da importação dos cereais, ramos de açúcar e oleaginosas, preparando a destruição da EPAC, da AGA e do IAPD.

O Governo fomenta o compadrio e o nepotismo. Nomeia gestores para a Banca, Seguros e outras empresas públicas, como se se tratasse de cotadas suas. Faz concessões escandalosas de créditos ao grande capital. Reduzindo para metade do inicialmente previsto o capital mínimo exigível para a criação de bancos privados, o Governo preparou o terreno para a criação da banca privada à custa dos dinheiros públicos. Acentua-se a transferência de funções do Estado para o grande capital, a par do esvaziamento da capacidade de intervenção dos organismos de coordenação económica (JNPP, JNV, etc.). A corrupção, a especulação e o parasitismo avassalam as actividades económicas.

Apesar da recessão económica e da venda de cerca de 70 toneladas de ouro pelo valor de 1000 milhões de dólares (nova operação de venda de ouro se prepara), a dívida externa deverá ter atingido (em Dezembro de 1983) previsivelmente 14 500 milhões de dólares (correspondendo a cerca de 2 mil milhões de contos).

A redução transitória do défice da balança de transacções correntes é conseguida à custa do marasma económico, da ruína do aparelho produtivo, da restrição do mercado interno, do aumento de falências, o que significa que o Governo cria todas as condições para um agravamento ainda maior da crise económica e dos sofrimentos e dificuldades que atingem todas as camadas não monopolistas.

3. A limitação das liberdades

O Governo Mário Soares/Mota Pinto, para conter o protesto popular, e em particular a luta da classe operária, recorre cada vez mais à intervenção das forças repressivas.

Apesar do pouco tempo de existência, a este Governo cabe a responsabilidade de 60% de todas as intervenções policiais efectuadas em 1983 contra os trabalhadores em luta.

O reforço dos corpos especiais da polícia, a decisão de criar três serviços de informação com uma estrutura virada contra o movimento operário e as forças democráticas, constituem um sério perigo para as liberdades e a democracia.

O Governo PS/PSD, satisfazendo as exigências do grande patronato da CIP e da CCP e do imperialismo, aposta decididamente na liquidação das principais conquistas de Abril em matéria de legislação laboral. No seguimento da lei dos despedimentos (lay-off), anuncia-se já como pronta a revisão da Lei da Greve (lei antigreve).

Proseguem os atropelos às liberdades e direitos dos trabalhadores. Despedem-se e prendem-se activistas sindicais. Impede-se os trabalhadores e suas organizações de classe de participar nos organismos oficiais a que têm direito. A participação dos representantes dos trabalhadores na gestão das empresas públicas (que até hoje continuam sem entrar em exercício) é esvaziada de conteúdo pela lei que o Governo Mário Soares/Mota Pinto acaba de publicar.

A publicação recente do «Estatuto dos Funcionários e Agentes da Administração Pública», o «pacote» sobre a Função Pública e o «pacote» antiautárquico são novos passos no sentido da restrição da democracia, das liberdades e direitos dos trabalhadores e das populações.

Violando sistematicamente direitos e garantias dos trabalhadores, o Governo, de parceria com a UGT, a CIP, a CCP e a CAP, propõe-se institucionalizar uma farsa de diálogo através do chamado «Conselho de Concertação Social», que mais não visa do que desarticular a luta organizada dos trabalhadores.

4. Submissão ao imperialismo

A política externa portuguesa, transformada numa caixa de ressonância dos interesses dos Estados Unidos, é frontalmente contrária aos interesses nacionais e à paz mundial.

Colaborando nos projectos do imperialismo norte-americano contra os Estados Africanos de língua portuguesa, continuando a permitir em território nacional actividades contra-revolucionárias contra esses países, realizadas por grupelhos fantoches, o Governo PS/PSD torna-se cúmplice da agressão de que esses Estados são vítimas e prejudica gravemente os interesses nacionais e as relações de amizade e cooperação com esses países.

As concessões que o Governo PS/PSD acaba de fazer aos Estados Unidos na renegociação do acordo das Lajes tornam Portugal ainda mais dependente militarmente do imperialismo, amarram mais estreitamente o nosso país à política de provocação e agressão do imperialismo americano e dos círculos mais reaccionários da NATO. Mário Soares/Mota Pinto prepara-se para negociar com os Estados Unidos e com o Continente (facilidades militares em diversas bases, nomeadamente em Beja, construção de uma estação de rastreio de satélites e de mísseis, na Foia, Algarve, reparações dos navios da 6.ª Esquadra, entradas e estadias regulares no Tejo de submarinos atómicos portadores de armas nucleares), facilidades que, a manterem-se umas e a concretizarem-se outras, limitarão seriamente a soberania nacional, ponho em risco a vida dos portugueses e podendo conduzir à completa destruição de Portugal.

II

Reforço das condições para uma alternativa democrática

A acção desastrosa do Governo PS/PSD agudiza e generaliza a resistência à política de recuperação capitalista não só da parte da classe operária e dos trabalhadores, mas também dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos intelectuais e de largos sectores dos quadros técnicos.

Ao mesmo tempo que a demissão e a substituição do actual Governo se apresentam cada vez mais como uma necessidade imperiosa para o País e o regime democrático, desenrolam-se as condições que confirmam a perspectiva aberta pelo X Congresso do PCP sobre a possibilidade real de uma alternativa democrática.

1. Redução da base de apoio do Governo

O alargamento da frente social de resistência à política governamental e o isolamento social do Governo como estrito defensor dos interesses do grande capital e dos latifundiários é um dos dados mais característicos da evolução da situação após o X Congresso.

Continua a aprofundar-se a falta de correspondência entre a arrumação das forças sociais e das forças partidárias.

A inadequação do actual quadro partidário à necessidade e urgência dum alternativa tornou-se neste último período uma conclusão em que coincidem vastos sectores de opinião democrática.

Os factos indicam também que não é apenas a base de apoio social dos partidos do Governo que está em acelerada redução mas também a sua base política e eleitoral.

2. Agudização das contradições e conflitos no interior da coligação

A par da confirmação da real incapacidade do Governo PS/PSD para dar solução a qualquer dos grandes problemas nacionais e enquanto se intensifica a luta contra a sua política, agudizam-se, também, as contradições, os conflitos e rivalidades no interior do Governo, da coligação governamental e em cada um dos partidos que a constituem.

As recíprocas acusações e as múltiplas ameaças de ruptura vindas a público a propósito da votação na Assembleia da República dos projectos sobre a despenalização do aborto, para além das implicações próprias desta importante questão social, são também um significativo sintoma da fragilidade da coligação e confirmam a existência de dificuldades mais fundas e difíceis de ultrapassar.

O adiamento sucessivo, ao longo de quase dois meses, da anunciada remodelação ministerial, apesar do grande número de demissões de secretários de Estado e do clamor dentro dos partidos do Governo pela demissão de alguns ministros, constitui uma outra prova dessas dificuldades e confir-

ma que os chefes da coligação — M. Soares e M. Pinto — têm medo de mexer numa construção de equilíbrio instável.

A aproximação do Congresso do PPD e designadamente a possibilidade de nele vir a ser apontado um candidato à Presidência da República, não pode deixar de coroar a coligação e desestabilizar um Governo que foi constituído por parte do seu Primeiro-Ministro em boa medida como suporte da sua corrida para Belém. Seria uma ingenua ilusão esperar que o Governo caia apenas em consequência das suas dificuldades e conflitos internos. Mas seria também grave cegueira política não compreender que essas dificuldades e conflitos favorecem e facilitam a luta pela demissão e a substituição do Governo PS/PSD.

3. Nova política, novo Governo — reclamação nacional

Reagindo contra a situação de desastre para que o País está a ser arrastado, replicando à demonstrada incapacidade do Governo para dar solução aos problemas e repudiando o clima de intriga mesquinha e de ambições pessoais em que está mergulhada a coligação governamental, erguem-se largos sectores democráticos e patrióticos que reclamam uma nova política e um novo Governo.

É um facto da maior importância que coincidem neste objectivo as grandes lutas dos trabalhadores — designadamente através da Jornada de 26, 27 e 28 de Janeiro — as acções de pequenos e médios agricultores e empresários e as tomadas de posição de figuras destacadas da vida nacional de diferentes quadrantes políticos e ideológicos.

Sublinhando esta coincidência como um facto extremamente favorável à criação das condições para uma alternativa democrática, o Comité Central do PCP relembra a plataforma de «5 objectivos essenciais» aprovada no X Congresso como uma contribuição de grande importância para o inadivél exame em conjunto pelas forças democráticas das grandes linhas de uma nova política a realizar por um Governo democrático.

Os «5 objectivos essenciais» pressupõem como salienta a Resolução Política do Congresso «uma mudança profunda de objectivos fundamentais, das medidas imediatas e do planeamento da política de recuperação» e são os seguintes: 1.º — A estabilidade, a legalidade e a ordem democrática; 2.º — A saída da crise e a recuperação económica voltada para o desenvolvimento; 3.º — O melhoramento das condições de vida materiais e culturais dos portugueses; 4.º — A garantia das liberdades e direitos dos cidadãos; 5.º — A unidade do País, a independência nacional, a segurança e a paz.

4. Governo Democrático de Salvação Nacional

O desenvolvimento da situação no período que se seguiu ao X Congresso confirma plenamente a justeza da proposta de um Governo Democrático de Salvação Nacional para substituir o Governo Mário Soares/Mota Pinto.

Cresce a convicção de que é imperioso cortar o passo à desastrosa acção governativa da coligação PS/PSD e cresce impetuosamente a luta pela demissão e a substituição do Governo. Ninguém duvida que o actual Governo deixará o País numa situação de crise ainda mais profunda que exigirá um verdadeiro Governo de emergência. Um Governo que (como define a Resolução Política do X Congresso) seja «constituído por democratas e patriotas de reconhecida seriedade e capacidade», «que dê garantias de inteiro respeito pela Constituição e a legalidade democrática; que empreenda uma política de mobilização dos recursos e potencialidades nacionais e que tenha um programa de eficiente ataque aos problemas fundamentais do País e mostre estar em condições de realizá-lo».

Foi um Governo com estas características que o X Congresso do PCP designou de Governo Democrático de Salvação Nacional, considerando que é dever de todos os democratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária, viabilizar um tal Governo.

5. A importância das presidenciais

As eleições presidenciais de 1985 condicionam cada vez mais a situação política nacional não apenas pela sua importância para o futuro do regime, mas pela influência que os seus preparativos introduzem na actualidade.

Mário Soares continua a apresentar-se como o mais provável candidato da direita e por isso tem enorme força clarificadora a deliberação do X Congresso reafirmando como «questão excluída» qualquer apoio à candidatura de Mário Soares ou indicação de voto a seu favor por parte do PCP. Efeito importante tem também o esclarecimento de que o PCP não dará qualquer espécie de apoio a uma eventual candidatura de Mota Amaral.

Torna-se, entretanto, evidente que as forças de direita manobram afanosamente para conseguir eleger um Presidente da República da sua confiança para, por essa maneira, conseguirem controlar os três órgãos fundamentais do poder político — Presidente da República, Assembleia da República e Governo. Certas sondagens vindas a público recentemente com inusitada publicidade têm que inscrever-se nestas manobras visando entre outros objectivos promover ou excluir candidatos, desde já, através da pretensa indicação de «quem tem possibilidade» e de quem as não tem e desta maneira condicionar à partida a escolha e a expectativa das forças democráticas e da opinião pública.

Nestas condições, a lentidão com que a questão das presidenciais está a ser considerada no campo das forças democráticas manifesta-se muito perigosa. Igualmente perigosa poderá ser a ideia de avançar com esta ou aquela candidatura sem condições para vencer e que pelo simples facto de vir a público dificulta ou prejudica o aparecimento, o mais rapidamente possível, de um verdadeiro candidato capaz de derrotar os candidatos ou o candidato da direita, isto é, um candidato com um perfil que permita reunir à sua volta um largo apoio social e uma votação semelhante à que teve o actual Presidente da República em 1980.

O PCP reafirma que em relação às presidenciais tudo fará para assegurar a derrota do candidato da direita e a vitória de um candidato democrata e salienta que o avanço na preparação das presidenciais com a escolha do candidato e o desenvolvimento rápido do movimento de apoio pode ter uma influência muito positiva na criação das condições para uma alternativa democrática.

III

A luta de massas, base fundamental da alternativa democrática

A luta de massas é a forma essencial e determinante da resistência à política de restauração monopolista e a base fundamental de uma alternativa democrática.

Fazendo frente à política desastrosa de Mário Soares/Mota Pinto, as massas defendem com determinação crescente os seus interesses, as conquistas democráticas e as próprias liberdades.

A recente intensificação da luta de massas, nomeadamente da classe operária, mas também de outras camadas sociais, contra a política do Governo PS/PSD, mostra que existem condições para prosseguir, ampliar e desenvolver a luta para pôr termo à actual política do actual Governo e que cresce a consciência de que é imperioso fazê-lo para impedir que dias ainda mais negros se venham a abater sobre o nosso povo, o País e o regime democrático.

A diversidade das acções, traduzida nas numerosas lutas sectoriais e de empresa, a luta da construção civil, dos metalúrgicos, a dos professores e dos trabalhadores da Função Pública, a luta em defesa da Reforma Agrária, as vigílias do Natal, a grandiosa Jornada Nacional de Protesto de 26, 27 e 28 de Janeiro, que culminaram em poderosas manifestações de rua, são a demonstração do ascenso do movimento popular e democrático.

É de uma grande importância assegurar que este novo fluxo de luta prosseja e se consolide, transformando em acção combativa o imenso descontentamento que percorre o País. Desenvolvendo a luta de massas em todas as frentes, ligando a luta por reivindicações imediatas (contra os salários em atraso, pela contratação e por melhores salários, contra o encerramento de empresas, contra a penhora de bens das UCP's/Cooperativas, contra a falta de apoio aos agricultores, contra o agravamento do custo de vida, contra o desemprego, pela melhoria do ensino, contra a corrupção e a fraude) à luta fundamental e central em defesa do regime democrático e por um novo Governo, as massas acabarão por impor uma alternativa democrática.

O X Aniversário da Revolução de Abril vai ter lugar num momento decisivo da vida política nacional e dos destinos do regime democrático.

A defesa e o prosseguimento de Abril, salvaguardando as suas principais conquistas, como questão central das comemorações e ponto de unidade das forças democráticas colide objectivamente com a política do actual Governo e constitui um critério evidente para pôr a nu o seu carácter contra-revolucionário.

O amplo carácter unitário das comemorações reveste-se por isso mesmo da maior importância. O reforço da unidade dos democratas, a sua intervenção activa na vida política nacional, a conjugação de esforços para atingir objectivos comuns serão determinantes para o alargamento e o êxito da luta de massas, para alargar o campo social e político dos que se opõem à política de desastre nacional.

As comemorações do X Aniversário do 25 de Abril não poderão deixar de ser marcadas por grandes acções de massas que exprimam condignamente o papel da componente popular na Revolução.

As comemorações do 25 de Abril poderão e deverão ser uma importante Jornada de Luta em defesa dos ideais de Abril pela unidade de todos os democratas interessados na defesa das liberdades e demais conquistas da Revolução e empenhados no prosseguimento de caminhos por ela abertos, para travar com êxito as importantes batalhas políticas que se avizinharam.

IV

O PCP, força necessária para a solução dos problemas nacionais

O desenrolar da vida política nacional confirma a justeza das análises do PCP, designadamente as conclusões do X Congresso. As propostas do PCP para vencer a crise, para uma alternativa democrática ganham dia-a-dia maior adesão. O PCP continua a reforçar a sua organização, a sua influência política e social, afirma-se como o único grande partido fiel aos ideais de Abril, como força determinante e empenhada na vasta luta popular em defesa das liberdades, das transformações socioeconómicas, do regime democrático, como força indispensável à solução dos problemas nacionais.

A recente aprovação na Assembleia da República da despenalização do aborto (projecto PS) com os votos dos deputados comunistas, e em sessão marcada pelo PCP, deve ser considerada como uma vitória da luta do PCP, das mulheres e das forças democráticas pela dignificação da maternidade, pela consagração dos direitos fundamentais da mulher.

Apesar da aliança do PS com a direita ter impedido a aprovação dos projectos do PCP, foi esta luta que obrigou o PS/Mário Soares, para salvar a face, a apresentar um projecto que, embora bastante recuado, não resolvendo o drama social do aborto clandestino e fraudulento por isso as esperanças que se abriram às mulheres com a iniciativa legislativa do PCP, representa, apesar de tudo, um passo em frente e uma derrota da reacção.

O debate sobre a questão do aborto mais uma vez veio confirmar que sem o PCP não é possível qualquer medida de carácter progressista por mínima que seja, e que o PCP é uma força necessária e indispensável a uma alternativa democrática.

A vida nacional confirma todos os dias que em nenhum campo é possível encontrar solução para os problemas do País, sem a intervenção activa e empenhada do PCP. A participação do PCP numa solução governativa democrática surge assim aos olhos de sectores cada vez mais largos do nosso povo como um factor natural e uma necessidade imperiosa para a saída da crise.

O PCP, fiel à sua política de unidade, tudo fará para aproximar todas as forças democráticas que sinceramente estejam interessadas em salvaguardar as conquistas de Abril, em defender o regime democrático.

O reforço do PCP, o combate às campanhas de intoxicação e histeria anticomunista é do interesse de todos os democratas. O CC exorta os militantes e as organizações a preparar iniciativas comemorativas do aniversário da fundação do Partido, nos princípios de Março.

O Comité Central, analisando os resultados da Jornada de esclarecimento político e de divulgação das Conclusões do X Congresso, realizadas em 14 e 15 de Janeiro, decide realizar nos próximos dias 23, 24 e 25 de Março uma nova Jornada Nacional de propaganda e esclarecimento político, apelando às organizações e a todos os militantes para uma participação activa na Jornada com vista a debater com as massas a situação do País, a explicar a política do Partido e as suas propostas para vencer a crise, uma Jornada que ligue ainda mais o Partido às massas populares, reforce a sua influência e intervenção construtiva na vida nacional.

A situação é extremamente difícil para o nosso povo, o País e o próprio regime democrático. Mas não é uma situação sem saída. A democracia dispõe de potencialidades e forças numerosas que serão invencíveis se optarem decididamente pelo caminho da unidade e da luta.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1984.

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Conferência de Imprensa do PCP

Em conferência de Imprensa realizada num intervalo da reunião do CC do PCP da passada segunda-feira, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, dá conta das principais conclusões da reunião, nomeadamente a questão que se põe às forças democráticas «de rapidamente encontrarem um candidato capaz de derrotar a direita, isto é, um candidato capaz de conseguir um largo apoio social e votação semelhante à que teve o actual Presidente da República em 1980». Acompanham-no na mesa os camaradas José Soeiro, da Comissão Política do CC, e Aurélio Santos e Rosa Rabiais, ambos do CC do PCP.

Começando por afirmar que o CC do PCP observou a plena confirmação das conclusões e orientações do X Congresso, designadamente o desenvolvimento das condições para uma alternativa democrática, Octávio Pato sublinharia que o Governo PS/PSD, segundo a apreciação da reunião do CC, «constitui um perigo para a democracia e a independência nacional», traduzindo-se o balanço de seis meses deste Governo no acentuar da grave crise económica e social, na concessão de elevados benefícios ao grande capital, na limitação das liberdades e na subordinação crescente de Portugal aos interesses do imperialismo.

Abordando mais pormenorizadamente a política deste Governo — caracterizada de descalabro económico e social — Octávio Pato recordaria que «a fome atinge milhares de famílias, aumenta o desemprego, os salários reais diminuíram 13% em 1983, cresce o número de trabalhadores com salários em atraso, a taxa de inflação — tendo atingido 34% (Dezembro de 82 a Dezembro de 83) — ultrapassou todas as marcas, a pesada carga fiscal atinge gravemente os trabalhadores e outras camadas sociais».

«Esta política — segundo o CC do PCP — faz-se acompanhar de crescentes limitações às liberdades, aumenta o nú-

mero das intervenções policiais contra os trabalhadores em luta». Entretanto «reforçam-se os corpos de polícia. Os três serviços de informações previstos apresentam uma estrutura toda ela virada contra o movimento operário e as forças democráticas».

Os direitos dos trabalhadores são sistematicamente violados.

Já se anuncia uma lei antigreve.

Quanto à política externa portuguesa, está transformada em apêndice dos interesses americanos, com o Governo a colaborar nos projectos destes contra os jovens Estados africanos e a fazer concessões aos EUA em matéria militar

que «limitam a soberania nacional e põem em perigo a própria existência de Portugal».

Nova política, novo governo

Segundo o CC do PCP «desenvolvem-se as perspectivas de uma real alternativa democrática» e acentua-se o isolamento social, político e eleitoral da coligação PS/PSD, com largos sectores democráticos e patrióticos a reclamarem nova política e novo Governo.

Neste contexto seria recordada a plataforma de «cinco objectivos essenciais» aprovada no X Congresso e que constitui uma contribuição para o exame em conjunto pelas

forças democráticas das grandes linhas de uma nova política a realizar por um governo democrático.

Por outro lado «ninguém duvida de que o actual Governo deixará o País numa situação de crise ainda mais profunda, o que exigirá medidas de emergência», confirmando-se a justeza da proposta do PCP de um Governo Democrático de Salvação Nacional, sendo «dever de todos os democratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária, viabilizar um tal governo».

As presidenciais e a luta de massas

Em relação às próximas eleições presidenciais de 1985,

«que condicionam cada vez mais a situação política», o CC do PCP observaria que «as forças de direita trabalham afanosamente para eleger um Presidente da República da sua confiança — certas sondagens inscrevem-se nestes objectivos —, visando promover ou excluir candidatos, com a pretensa indicação de quem candidatos têm ou não têm possibilidades, procurando desde já condicionar a opinião pública».

Constatar-se-ia, por outro lado, «que a lentidão com que se considera, no campo democrático, a questão das presidenciais é extremamente perigosa, como igualmente o é a

ideia de se avançar uma candidatura sem condições para vencer», pelo que se põe às forças democráticas o problema de rapidamente encontrarem um candidato capaz de derrotar a direita.

Considerar-se-ia ainda a luta de massas «como forma essencial e determinante da resistência à restauração dos monopólios e a base fundamental a uma alternativa democrática», e que o X aniversário da Revolução de Abril vai ter lugar muito decisivo na vida política nacional, «cujas comemorações não poderão deixar de ser marcadas por grandes acções de massas em defesa dos ideais de Abril, pela unidade dos democratas interessados em prosseguir Abril».



populares ... pensa e quer

em mais greves populares. Correspon-
destação na greve do setor de transportes
de as bancas de trabalho foram manifestações
em manifestações ou concentrações que
te, particularmente, no seu conjunto reuniram cen-
as por reformas de milhares de trabalha-
dores em algarves. Em todas, um objectivo
comum protestar contra esta
mas do conceito que tudo agrava — os
ente alvo de manifestações mais elementares
manifestação dos trabalhadores, a economia,
o aumento da dependência nacional —,
de energia eléctrica para um novo governo que
estava através de uma mudança que abra
cavras de ordem a uma vida melhor.

De Norte a Sul, respondendo
do movimento sindical
unário, foi uma poderosa tor-
rentes que se levantou para ma-
da CGTP-IN, a sua confiança nos
SP, a sua disponibilidade para participar nas lu-
Jornada Nacional de defesa das suas con-
paralisar as suas em-
Culminando o terceiro dia da
ua, enfim, a manifestação nacional de luta, as
a nova greve de rua do último sábado
verno. O dia registaram a presença de
CGTP, por activistas sindicais e de mem-
u que o êxito dos do Conselho Nacional da
de luta torna a CGTP-IN. Nas intervenções
lidadores estiveram os oradores proce-
nhar a luta, a responsabilidade do actual
governo e a actual de onde sobressaiu
responsabilidade do actual
Pinto.
estilo que se fez ouvir por esta política de
das da cidade.

Por outro lado, ficou provado
foi ainda alocuções que esta política
em que se constitui uma fatalidade, o
a política de estado popular cresce, ao
ares Mota. Primeiro tempo que se alarga o
campo de unidade das forças
sociais e democráticas interes-
do País.
foi só em Lisboa numa alternativa demo-
que se fez ouvir.

Por outro lado, ficou provado
foi ainda alocuções que esta política
em que se constitui uma fatalidade, o
a política de estado popular cresce, ao
ares Mota. Primeiro tempo que se alarga o
campo de unidade das forças
sociais e democráticas interes-
do País.
foi só em Lisboa numa alternativa demo-
que se fez ouvir.



Resolução aprovada

«O que está mal não é a
Constituição nem Abril; é o Go-
verno e a sua política.» Nestes
termos se pronuncia a Comis-
são Organizadora da jornada
do último sábado, a propósito
da acção do Executivo, numa
resolução que foi submetida à
consideração da multidão pre-
sente na Alameda e que reco-
lheria a sua aprovação uná-
nime.

Segundo os promotores da
manifestação, para quem o
Governo faz recair o peso da
crise nas classes mais desfa-
vorecidas, assiste-se «à estag-
nação e quebra da produção e
do investimento, ao agrava-
mento da dependência externa,
ao aumento das falências de
pequenas e médias empresas,
ao desinteresse e subaprovei-
tamento premeditado das po-
tencialidades nacionais no pla-
no agrícola, piscatório e mi-
neiro».

Esta situação, que no enten-
der dos organizadores ultra-
passa as próprias exigências
do FMI, está a provocar mais
desemprego, a baixar o produ-
to interno bruto e a fazer recair
sobre milhares de famílias o
espectro da fome.

«A abertura da banca e dos
seguros ao grande capital, a
ameaça de desmantelamento

da EPAC, o encerramento da
Gelmar, as tentativas de liqui-
dação da ANOP, EPNC, EDP,
CORAME, de sectores da In-
dústria Naval, Marinha Mercan-
te e das Pescas, revelam a
agressividade do Governo que
vê nas nacionalizações uma
realidade de Abril a abater, em
vez de assentar nelas um
maior desenvolvimento econó-
mico», denuncia a resolução.

A este quadro poderemos
ainda juntar as dívidas do pa-
tronato à Segurança Social que
ultrapassam já os 60 milhões
de contos; a subida vertiginosa
dos preços com reflexos brutais
no nível de vida dos traba-
lhadores; as violações ao direi-
to à contratação através do
bloqueamento das negociações
que envolvem mais de um mi-
lhão de trabalhadores.

Mas, como lembra o docu-
mento, a violação dos direitos
dos trabalhadores e a própria
ameaça às liberdades «conhe-
ce uma nova ofensiva» na me-
dida em que corresponde a
uma necessidade do Governo
para executar a sua política.

«Tentando resolver pela força
bruta dezenas de conflitos
laborais — conforme sublinham
os sindicalistas — o Governo
coloca-se abertamente ao lado

do patronato. Este, de costas
quentes, retoma assim o pro-
cesso dos despedimentos e
suspensão de dirigentes, de
delegados e activistas sindicais
e membros de CT's.»

Depois de protestar contra a
escandalosa existência de
mais de 130 mil trabalhadores
com salários em atraso e de
repudiarem a proposta de «con-
certação social» que considera
pretender erguer um «garrote»
à luta dos trabalhadores, a Re-
solução político-sindical reafir-
ma a disposição de prosseguir
a luta contra a política antide-
mocrática e antinacional deste
Governo, por uma alternativa
política, económica e social.

Nesse sentido, os presentes
manifestaram a sua firme dis-
posição de intensificar as ac-
ções de massas com vista,
entre outras, ao congelamento
dos preços e à actualização
dos salários; pelo pagamento
dos salários em atraso; pela di-
minuição da carga fiscal sobre
quem trabalha sem que, no en-
tanto, deixem de subir as recet-
tas dos impostos; pelo aumen-
to da produção e do investimen-
to de todos os recursos do
País, pelo fim dos despedimen-
tos; pela criação de novos pos-
tos de trabalho.



Governo, regras e princípios Como vai oca essa moral sem pão!

O flagelo dos salários em atraso continua a fa-
zer vítimas e o desemprego aflige. Enquanto se su-
cedem os escândalos na banca e o Governo se ins-
tala na imoralidade e na alta espectacular dos pre-
ços, o ministro das Finanças faz um discurso «mor-
talizador» e prega pela cartilha privada, dois dias
depois da jornada de luta que trouxe às ruas do
País os maiores sectores da produção e do trabalho
na recusa uníssona dessa mesma cartilha e dessa
política e desse Governo hospedeiro do FMI.

Além do que se passou nas ruas e aqui ao lado
se relata, as maiores empresas do País tiveram dois
dias (26 e 27) de plenários e movimentações diver-
sas, enquadradas pelo movimento sindical e pelas
organizações representativas nos locais de traba-
lho. Na indústria, nos campos, no comércio e nos
serviços, o desemprego instalado, as ameaças la-
tentes, a desagregação do sector empresarial do
Estado e a degradação que a acompanha, as previ-
sões oficiais do aumento dos desempregados este
ano, não foram apenas motivos de análise pondera-
da pelos trabalhadores. Foram acções de luta gera-
das de unidade, do reforço da coesão de quem
trabalha e exige um mínimo de perspectivas sobre a
aplicação do fruto do seu trabalho. Recusando, pelo
que já viram e sentiram muito negativamente nos
seus bolsos (até nas suas vidas e na morte) uma
política e um Governo sem futuro, os trabalhadores
e os seus dirigentes eleitos e representativos não
precisam de procurar longe os seus motivos de pre-
ocupação e o ânimo para a luta.

Os casos da Selenave, Lisnave, Rodoviária, Meta-
lúrgica Duarte Ferreira, UCAL, Função Pública, Marinha
Mercante, CP, Banca e Seguros, Reforma Agrária, não
são apenas casos sociais, económicos e sindicais.
São também casos políticos. Convém não o esque-
cer neste momento em que a unidade dos traba-
lhadores continua a ser atacada em nome de um prag-
matismo sem princípios e sobretudo sem resulta-
dos que se vejam seja a que prazo for.

O movimento sindical, ao conduzir a luta contra
a política deste Governo, não pode esquecer-se de
quem governa e que forças e grupos comandam a
actividade e os interesses dos governantes. Só o
servilismo divisionista é capaz de apoiar, como
apoiava a UGT, uma equipa governamental que não dá
um passo em benefício de qualquer projecto que
interesse aos trabalhadores e à maioria da popu-
lação.

Mesmo forçado pela luta, o Governo PS/PSD
boicota como e sempre que pode a contratação co-
lectiva, tenta desorientar os objectivos práticos das
negociações, procura desarrumar sempre a princi-
pal direcção da luta. Já não se preocupa sequer
com a «conciliação» tão cara aos amarelos, aos
fura-greves. Essa prática entregue nas mãos da
UGT não tem dado os resultados que o Governo
esperava. Umas «portarias de extensão» (ilegalmen-
te estendidas, como se sabe) não chegam para al-
viar os ministérios e as tutelas da pressão legítima
que a força sindical representativa continua a exer-
cer todos os dias, com um fôlego que as confusões
lançadas diariamente pelo Governo nos canais da
comunicação social estatizada não conseguem
suster.

O Governo, que é o primeiro responsável pelos
salários em atraso, bem pode bradar por aí que a
culpa não é dele. Diariamente, e em situações dra-
máticas, o Governo confessa na prática que é ele
próprio um dos factores que encabeçam o descala-
bro deliberado de sectores inteiros, capazes de
prosperar noutra situação.

Este Governo não tem competência para fazer
apelos à moralidade nas relações sociais. O Gover-
no é o primeiro devedor em infracção. É o primeiro
a não cumprir as regras elementares da moral capi-
talista. E mesmo essas estão condenadas. O mes-
mo acontecerá a quem não as cumpre.

Salários do comércio e serviços Resultados da luta sindical

- Greve na FP prevista para amanhã
- Aumentos salariais no comércio entre 21% e 37,2%

Nos primeiros dias desta semana, mantinha-se, com
a adesão do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, a
convocação da greve na Função Pública, para amanhã,
dia 3. Os professores, confirmavam, por seu turno, a
adesão à greve, através da respectiva Federação sindi-
cal. Revistas entretanto as tabelas salariais em dois ra-
mos do comércio com 37,2 por cento (grossistas de
material eléctrico, electrónico, fotográfico e electro-
doméstico) e 21 por cento (garagens). Recorde-se
que antecedeu de manhã, antes da anunciada reunião
da comissão negociadora sindical com representantes
do Governo, continuava em 15 por cento o aumento
governamental proposto para a tabela salarial da Fun-
ção Pública, que inclui médicos e professores.

Além dos 21 da tabela, um
aumento de 25 por cento
nas ajudas de custo, a con-
traproposta inicial da parte
dos patrões não ia além
dos 17.

Médicos: regras para a greve

O sindicato dos Médi-
cos da Zona Sul divulgou,
no pré-aviso distribuído em
26 do corrente, primeiro dia
da jornada nacional de luta
convocada pela CGTP-IN,
as regras que deverão ser
observadas pelos médicos
em greve. Salientando «a
progressiva degradação»
em que a classe médica
exerce a sua actividade
profissional, bem como «a
perda de garantias, cada
vez mais evidente», o Sin-
dicato, que não se refere
naturalmente aos «barões
da medicina», ao aderir à
greve da Função Pública,
assinala como orientações:
«não assinar, nem marcar
o ponto; não efectuar
consultas externas nos
hospitais, serviços médi-
co-sociais, centros de
saúde e outros serviços
públicos, que devem en-
cerrar; assegurar os ser-
viços de urgência nos
hospitais e SAPs, caso os
médicos não aderentes
sejam insuficientes para o
fazer».

O Sindicato, que coloca
«na primeira linha a proble-
mática dos vencimentos
dos médicos», pelo que es-
tes «não podem divorciar-
se da luta dos trabalha-
dores da Função Pública»,
sublinha, por outro lado, «al-
guns velhos problemas que
afectam os médicos e o

seu Sindicato». Para «com-
provar a indiferença do mi-
nistro da Saúde», a direc-
ção sindical enumera, como
segue, o que da parte do
Governo continua por fazer:

- Colocação dos médicos
policlinícos do primeiro ano
(aplicação da portaria do in-
ternato geral);
- Recolocação dos clíni-
cos gerais e aplicação do
tempo completo prolongado
nesta carreira;
- Aplicação da carreira
de saúde pública;
- Pagamento dos retroac-
tivos dos Serviços Médicos-
-Sociais;
- Desbloqueamento do
concurso de chefes de
clínica;
- Discussão de diplomas
sobre a saúde, em prepara-
ção: a) direcção-geral de
cuidados primários; b) regu-
lamento dos centros de
saúde; c) legislação sobre
as alterações regionais
de saúde; d) nova lei de
saúde; e) alteração ao re-
gulamento dos concursos
da carreira hospitalar;
- Início, sem mais delon-
gas, da discussão do mapa
de vagas do internamento
complementar para P2, P3
e P4 (policlinícos do segun-
do, terceiro e quarto anos,
respectivamente).

Professores: «A mais viva indignação»

Depois de referir «as
centenas de reuniões» da
última quinta-feira, «em
escolas de todos os sectores
do ensino», o secretariado
nacional da FENPROF (Fe-
deração Nacional dos
Professores) sublinha que
o Governo, depois de qua-
tro reuniões, apenas «modi-
ficou a sua proposta de au-
mentos salariais de 14 para
15 por cento», justificando
assim «a mais viva indigna-
ção da parte dos profes-
sores» e «não possibilitando
outra via que não seja o
agravamento das formas de
luta».

O secretariado da FEN-
PROF, que confirma a ad-
esão à greve de amanhã,
acrescenta que o Governo
«não explica — nem pode
— por que razão pretende

degradar ainda mais o po-
der de compra dos traba-
lhadores da Função Pública
que, em 1983, foi reduzido
em 10 por cento e que,
com a proposta do Gover-
no, baixaria, em 1984, mais
11 por cento».

Se a tabela governamen-
tal fosse aceite, os profes-
sores e demais TFFPs «vive-
riam bastante pior em
1984». A FENPROF faz notar
as consequências dessa
decisão do poder de compra,
designadamente quanto
aos reflexos negativos na
economia portuguesa (os
TFFPs são mais de 400 mil)
«agravando ainda mais as
dificuldades do comércio e
da indústria nacionais».

Realçando o apoio à gre-
ve no sector de norte a sul
do País, o secretariado da
Federação acrescenta que
«os professores estão final-
mente dispostos a lutar
pela defesa das suas con-
dições de vida e pela mu-
dança da situação existente
no ensino».

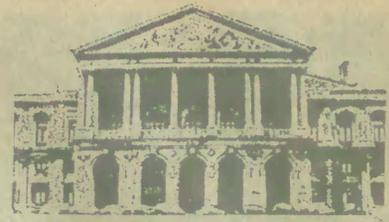
Quanto ao ministério, o
facto de ter aceite «modifi-
car as suas posições rela-
tivamente a algumas ques-
tões dos ensinos preparató-
rios e secundários (profis-
sionalização, quadros, for-
mação dos professores do
12.º grupo e trabalhos ma-
nuais, habilitações) significa
apenas que é necessário
prosseguir a luta para que
se processem efectivas ne-
gociações que perspectivem
a resolução dos muitos
graves problemas existen-
tes, seja nos ensinos pre-
paratório e secundário, seja
no especial, no primário e
no superior».

A nomeação dos novos
secretários de Estado para
a Educação, não significa
para a FENPROF «qual-
quer evolução positiva» na
política seguida até agora e
«não faz esquecer a actua-
ção que tem caracterizado
o primeiro responsável do
ministério».

Anteontem, a comissão
negociadora sindical da
frente comum da Função
Pública mantinha a sua pro-
posta de aumentos salariais
de 22 por cento, antes da
reunião marcada para esse
dia com membros do
Governo.

Assembleia da República

Despenalização do aborto quase fez desmanchar a coligação



O que esteve em questão, na passada semana, na Assembleia da República foi o aborto. Ou a sua legalização. Ou apenas a despenalização. Ou o «direito à vida». Ou a maternidade consciente, a sua protecção. Ou a educação sexual, o planeamento familiar. Tudo isto e mais ainda. O que esteve em questão e reuniu os deputados durante dois dias — aliás três... — foi a sobrevivência da coligação actual, foi a independência do parlamento face às pressões externas de grupos e interesses de direita que viam a hipótese de voltar a primeiro plano já que o número da sua representação na AR mostra o isolamento desses grupos na sociedade portuguesa. O que esteve em questão foi, ainda, a possibilidade de uma recomposição das forças da antiga «AD», acossada pelo discurso da democracia e do progresso, refugiando-se como um gato assanhado, agressivamente, num discurso caceteiro e ultramontano. O que foi demonstrado, durante esses dias, é que é possível aprovar leis positivas, quando elas são apoiadas pelo PCP e pelo PS. Mesmo com um PS envergonhado, que apresentou um projecto envergonhado, que o PCP considerou, mesmo assim, como um primeiro passo, importante, para que o aborto clandestino venha a ser afastado do quotidiano dos pais.

Desde logo, desde as primeiras horas do primeiro dia, um traço dividiu o hemiciclo em dois. Para quem tem boa memória, tal não acontecia há muitos meses, mais precisamente desde que, à revelia dos votos e do seu sentido, o PS se aliou ao PSD numa coligação que vem devastando o país. Encostado à parede por uma promessa que, como tantas outras, poderia não cumprir, o Partido de Mário Soares trouxe entretanto à AR um projecto de despenalização do aborto que talvez pensasse não fazer passar devido ao

anúncio de não pretender votar o do Partido Comunista Português.

Pensariam provavelmente os dirigentes do PS que o PCP, numa reacção «vingativa», inviabilizaria um projecto fraco e dúbio, com o qual de resto não estavam de acordo em muitos aspectos. Porém, o facto de o PS, que aprovava há dois anos o projecto comunista, não vir agora mostrar-se coerente com a sua posição de então, não levou o PCP a inviabilizar o que constituiu um primeiro passo para a resolução de um problema sério e grave que afecta

todos os anos centenas de milhares de mulheres portuguesas.

Foi por coerência e não por oportunismo político, que o PCP anunciou o seu apoio, ao mesmo tempo chamando à responsabilidade do Partido Socialista que se viu a semana passada em face do dilema: ou recuava ainda mais e ficava de mãos atadas em face do seu parceiro e do parceiro do seu parceiro, PPD e CDS juntos agora mais uma vez.

Por tanto, desde a manhã de quarta-feira, o hemiciclo ficou cortado em dois. O PS decidiu resistir, mesmo se o tom que muitas vezes utilizou foi o de quem pede desculpa. Face ao ataque cerrado que o CDS desencadeou desde o primeiro momento, porém, esse tom desculpado viria a rebanar pelas costas e deputados houve no grupo parlamentar do PS que reagiram algo vivamente ao discurso obscurantista da reacção.

O CDS ao ataque

O CDS utilizou durante todo o tempo todos os artificios legais de que dispunha, vasculhando o Regimento da AR à procura dos fios onde pretendia enredar o debate, prolongá-lo, desnatá-lo. Uma determinação raiosa lia-se nas faces dos seus deputados e as palavras que debateram vinham carregadas de fel. Inutilmente. Mesmo com o apoio do PSD,

os artificios iam caindo um a um.

Manobras dilatórias, requerimentos longamente lidos, interrupções pedidas, nada faria vergar a maioria que se formou a favor da aprovação do projecto de despenalização. Enquanto, com acenos e palmas, o PSD se ia colando ao seu natural aliado de antes, perfilando uma «AD» que já deu o que tinha a dar, aplausos sublinharam o primeiro discurso comunista. Zita Seabra, a primeira a intervir, receberia palmas da sua bancada, do MDP, da UEDS e de deputados do PS. O tom estava dado, o hemiciclo cortado pela coxia central, a maioria de direita que se auto-apelida de «centro» separada por um debate sobre o qual o país se debruçava atentamente.

Após o primeiro discurso — o de Zita Seabra, de que publicamos significativos extractos no Suplemento desta edição, no qual defendeu os projectos do PCP, criticou a tibieza do do PS e traçou o panorama dramático do aborto clandestino em Portugal —, o CDS mostrou a sua tática que iria seguir durante todo o debate.

Os deputados «centristas» increveram-se às dúzias para «pedidos de esclarecimento», durante os quais faziam as mais disparatadas afirmações, as profissões de fé mais cavernícolas. Depois de responderem, protestavam. Assim, cada intervenção foi seguida de algumas horas de «esclarecimentos», protestos, contra-protestos, «direitos de defesa», restituições. As vetadas CDS nesta andança, durante a qual foram não só perdendo os argumentos como repetindo-se até à saciedade: Narana Coisroré, Gomes de Pinho, Nogueira de Brito, Azevedo Soares, José Gama, Luís Barbosa e, até, Krus Abecasis, todos pretendendo ultrapassar pela direita o discurso reacçãoário do tão lembrado deputado Morgado cuja memória povoou a sala.

negociar escalões conforme o tipo de consumo e a quantidade consumida. No entanto, no prazo imediato e vigente durante o período de negociação, a APU propõe que as tarifas sejam actualizadas de acordo com o seguinte esquema: consumidores domésticos até ao escalão de potência de 3,3 kva (80 por cento dos consumidores) — 2550/kwh; consumidores domésticos até ao escalão de potência de 9,9 kva (16 por cento dos consumidores comerciais até ao mesmo escalão de potência — 3550/kwh; consumidores domésticos e comerciais de escalões superiores a 9,9 kva e outros consumidores industriais em baixa tensão (4 por cento dos consumidores) — 5500/kwh.

Nota a APU que esta proposta corresponde ao essencial das propostas de um membro de um órgão superior da EDP, publicamente difundidas («Diário de Lisboa», 18 e 19 de Janeiro) e devidamente fundamentadas, e mais não visa que desbloquear uma situação de impasse cujas consequências poderão ser extremamente graves para a população e para a cidade do Porto pelas sucessivas tentativas de aplicar aqui o tarifário nacional.

É pois no falar e na concertação de interesses que não são afinal tão incompatíveis como o Governo, na sua cequeira antipopular, tem querido fazer crer, que a APU, em nome do povo do Porto, aposta e confia. Mas, em quaisquer circunstâncias, «solenemente o realismo, não apolará as tarifas de 4567 e 7510, de consequências tão ruins e dramáticas para a população e para os comerciantes da cidade».

Desculpamos, porém, não faltam no saco governamental. E foi o que se viu durante a tarde de terça-feira, com as intervenções medidas a cronómetro.

Começou a sessão com perguntas do CDS que colocou a Soares da Costa, da Agricultura, Florestas e Alimentação, um lote de questões no âmbito das responsabilidades daquele ministro. Mas o ministro respondeu apenas a três delas, fugindo à problemática da beterraba sacarina, do crédito agrícola, da Reforma Agrária... e ficando-se pelo combate ao contrabando de gado, pela floração, pela peripneumonia dos suínos, onde forneceu números com que pretendeu auto-olgiar-se.

Seguir-se-ia Amândio de Azevedo no banco dos perguntados.

Ainda com o CDS na acusação. Desemprego juvenil, política de emprego, política de trabalho... da boca do ministro só generalidades.

Ao aproximar-se o intervalo, o deputado comunista João Amaral interpelou a mesa. Para dizer que já bastava de conversa em família. «É tempo de ouvir um partido da oposição», disse, aludindo ao facto de apenas o CDS e o Governo dialogarem.

Jorge Lemos, do PCP, foi o

No fundamental, o CDS procurou trazer para a Assembleia as nojentas acusações que se viam por aí espalhadas em papeluchos sobre as «mães assassinas» e os «zeinhos assassinos». Procurou também trazer a condenação da Igreja sobre a questão do aborto. O PSD, calado que nem um rato, ia acenando que sim. E não resistiu em rebentar numa salva de palmas quando Nogueira de Brito se gabou de ter sido secretário de Estado durante o fascismo...

«Não há textos intocáveis»

«Não há textos para sempre nem textos intocáveis», disse José Luís Nunes, referindo-se às críticas de Zita Seabra ao projecto do PS, deixando entender que, para muitos socialistas, o texto apresentado pelo seu partido fica aquém do que primitivamente queriam. E o próprio Ferraz de Abreu, apresentando o projecto PS, daria a tónica da desculpa, denunciando, por outro lado, o aproveitamento político que foi tecido à volta da questão do aborto.

O CDS, entretanto, acusaria o projecto do Partido Socialista de ser «mais perigoso» do que o do PCP, acusação que renovou bastantes vezes durante o debate, adiantando que o PS, de «forma encapotada», liberaliza ainda mais o aborto em Portugal. Brandindo um folheto da Ordem dos Médicos, Luís Barbosa partiu em escaramuça contra as intenções do PS. Ferraz de Abreu defendeu-se das acusações afirmando que o CDS se referia ao projecto PS como «mais perigoso» por que era o projecto que ia passar...

A quarta-feira chegava ao fim e nesse momento já havia quase a certeza de que o PS estava disposto a não tansigir. O que, diga-se de passagem, preocupou muito boa gente até à votação, pois a coerência não é um dos fortes do PS/Mário Soares.

As perguntas incomodam?

Uma sessão de perguntas ao Governo podia dar origem a um debate vivo e interessante. Se as perguntas fossem interessantes e se o Governo estivesse empenhado em responder. O que aconteceu antecederam na Assembleia da República, com a sessão de perguntas ao Governo, não foi interessante. Não porque as perguntas não pudessem, se efectivamente respondidas, emprestar vivacidade à sessão. Mas porque o Governo foi para a Assembleia disposto a não responder. Como sempre, dirão. Desta, como outras vezes, o executivo mostrou-se incapaz de compreender o seu lugar, a sua função, as suas obrigações. E muito capaz de fazer de si próprio uma ideia impante de auto-satisfação.

Uma dezena de perguntas do CDS, duas da coligação governamental — para salvar as aparências —, um par de questões do MDP, meia dúzia de perguntas do PCP. Porquê tão poucas perguntas do lado dos comunistas, perguntará o leitor. É que o Governo costuma escudar-se na falta de tempo para responder por atacado e por escrito a um eventual molho de questões.

Desculpamos, porém, não faltam no saco governamental. E foi o que se viu durante a tarde de terça-feira, com as intervenções medidas a cronómetro.

Começou a sessão com perguntas do CDS que colocou a Soares da Costa, da Agricultura, Florestas e Alimentação, um lote de questões no âmbito das responsabilidades daquele ministro. Mas o ministro respondeu apenas a três delas, fugindo à problemática da beterraba sacarina, do crédito agrícola, da Reforma Agrária... e ficando-se pelo combate ao contrabando de gado, pela floração, pela peripneumonia dos suínos, onde forneceu números com que pretendeu auto-olgiar-se.

Seguir-se-ia Amândio de Azevedo no banco dos perguntados.

Ainda com o CDS na acusação. Desemprego juvenil, política de emprego, política de trabalho... da boca do ministro só generalidades.

Ao aproximar-se o intervalo, o deputado comunista João Amaral interpelou a mesa. Para dizer que já bastava de conversa em família. «É tempo de ouvir um partido da oposição», disse, aludindo ao facto de apenas o CDS e o Governo dialogarem.

primeiro a fazer perguntas a Seabra. O tom mudara, mas as esperanças goraram-se com as respostas. Depois de ter sublinhado que parte da questão que trouxera já estava algo desactualizada por os secretários da equipa de Seabra terem sido substituídos — a necessidade de mudança de equipa era uma exigência exigência não apenas da oposição mas de organizações ligadas aos partidos do Governo, como Jorge Lemos lembrou —, o deputado do PCP perguntou se era ou não verdade que a gestão das verbas do Ministério estava a ser feita por critérios que não de contenção, e austeridade. Isto depois de tecer algumas certezas críticas à actualização global do Ministério.

Respostas de Seabra: que houve empolamento exagerado à volta do problema dos secretários de Estado substituídos; que a política do ME é de consenso nacional; que as acusações do PCP são exemplo de linguagem «estalinista»; que não há penalização da escolaridade obrigatória (como o deputado tinha apontado); que

Prolongando a sessão até à meia-noite, a AR ouviu ainda as intervenções de Octávio Cunha, da UEDS, pronunciando-se favoravelmente aos projectos apresentados pelo PS e pelo PCP e sublinhando que, desde que pela primeira vez o projecto da IVG fora discutido na Assembleia, 200 mil abortos clandestinos foram certamente feitos e dezenas de mulheres morreram em consequência de tal prática.

A noite ouviria ainda dois discursos. O de Malato Correia, do PSD, e o de Horácio Marçal, do CDS, em consonância: em linguagem pseudo-científica ignoraram a saúde e a vida das mulheres, preferindo a dos fetos que, esses sim, são vida humana...

Maratona

A partir de quinta-feira, o CDS mudou ligeiramente de tática, passando a designar como seu alvo principal o PS, a quem acusou de «andar a reboque do PCP, e fazendo pouco caso das intervenções dos restantes partidos».

Helena Cidade Moura, do MDP, pronunciou um discurso calmo e claro, no qual verbeou a hipocrisia das acusações aos projectos sobre o aborto, congratulando-se pela apresentação da iniciativa do PS.

Vilhena de Carvalho, da ASDI, alinhou do lado direito, deixando o seu agrupamento dividido em dois, não contendo com um deputado ausente, José Magalhães, do PCP, em intervenção viva — da qual também publicamos extractos no Suplemento — abordou algumas questões de direito sobre o assunto em debate.

Sotomayor Cardia, sob uma chuva de ataques do CDS, defendeu a iniciativa do Partido Socialista face às críticas da Igreja. A última intervenção antes do jantar foi a de Jaime Ramos, do PSD, que subiu à tribuna para defender o projecto sobre planeamento familiar, PS/PSD, suscitando aplausos

da unidade possível entre os coligados governamentais que teriam suspirado de alívio por esta oportunidade. Jaime Ramos, publicamente favorável à despenalização do aborto, equilibrou-se mal no discurso. E, à noite, não apareceu para votar...

A maratona começou às dez e meia da noite para durar até às nove da manhã. A partida foi dada pelo discurso de Lucas Pires que utilizou abusivamente o tempo, fazendo suar os deputados durante perto de quarenta minutos.

Eduardo Pedrosa, do MDP, Odete Santos — do PCP, de cuja intervenção também no Suplemento se publicam extractos —, Manuel Alegre, do PS, que acentuou o facto de o projecto não constituir a «obrigação» de abortar, como o afirma a propaganda reacçãoária, e, por fim, Fernando Amaral, foram os intervenientes na primeira parte da maratona nocturna.

A partir de agora...

Seguiram-se no uso da palavra Adriano Moreira, um ex-salazarista estranhamente elogiado e defendido por Teófilo Carvalho dos Santos, do PS, que pretendeu passar-lhe atestado de democracia quando Zita Seabra, na véspera, lembrava ao plenário a qualidade de ministro de Salazar deste deputado CDS; Eurico Figueiredo fez as perguntas científicas da justificação do PS; Marques Mendes, do PSD, e José Gama, do CDS, foram as últimas intervenções desta etapa que terminou já depois das seis da manhã.

Al, em golpe de teatro, o CDS apresenta um requerimento que pretendia que os projectos baixassem à Comissão, sem serem votados, para discussão aprofundada durante 120 dias!!! Perto das seis e meia, votou-se o requerimento. A favor levantaram-se o PSD e o CDS. Alguém disse: «Olha a «AD»!». Contra, votaram todos

os do lado esquerdo. Uma voz do PSD: «A partir de agora já nada é igual politicamente!»

Meia hora de intervalo, durante a qual Ângelo Correia barafustou, pondo em causa a coligação. Os ânimos agitam-se do lado direito.

Quando o plenário volta a reunir, Beatriz Cal Brandão, do PS, que estava inscrita para intervir, cede a palavra a José Luís Nunes que vem deitar água na fervura e salienta a cooperação havida entre PS e PSD. Palmas do PS sozinho... O PCP requer a votação dos projectos.

Os três projectos comunistas foram rejeitados. O da protecção e defesa da maternidade contou com os votos favoráveis do PCP, da UEDS, do MDP e do «Verde». O PS absteve-se e a ASDI partiu-se em dois. O projecto sobre planeamento familiar e educação sexual contou com os mesmos votos favoráveis e o PS juntou-se ao PSD e CDS votando contra. O projecto sobre a legalização do aborto, em votação nominal registou 128 votos contra, 44 a favor (PCP, UEDS, MDP, «Verde» e 1 deputado ASDI) enquanto o PS se divide em abstenções e votos contra.

O projecto do PS/PSD sobre educação sexual e planeamento foi aprovado com os votos favoráveis de todos, menos do CDS que se absteve.

Finalmente, o projecto do PS sobre a despenalização do aborto foi aprovado com 132 votos a favor, 102 contra, 1 abstenção. Faltaaram 15 deputados. Pedro Pinto, do PSD, votou a favor desencadeando iras do seu partido.

Aprovado a iniciativa do PS, foi o PCP quem aplaudiu. Os deputados socialistas ficaram quietos, como se não fosse nada com eles. Para não fazerem mais ondas na tempestade que vai na coligação.

(Ler no Suplemento extractos das intervenções de deputados comunistas)

Poder local

Luta-se no Porto por tarifas justas

A reunião da Assembleia Municipal do Porto do passado dia 24 marca uma nova e importante vitória das posições desde sempre defendidas pelos eleitos da APU, que se mantém ao lado da população na luta contra os aumentos brutais da energia eléctrica e pelo reconhecimento da situação específica da cidade no que respeita aos consumos.

Essa luta — que é a luta por que todos os eleitos e os órgãos autárquicos honrem os seus mandatos, defendendo os interesses da população e da cidade, não se submetendo à política antipopular do Governo — tem-se nomeadamente traduzido, como se afirma em comunicado da Coordenadora do Porto, em sucessivas propostas apresentadas pela APU na Câmara e na Assembleia Municipal para a constituição de uma comissão com elementos dos vários partidos políticos, técnicos dos SMGE e outros que estude uma proposta para a negociação das tarifas da cidade com o Governo.

A última reunião da Assembleia Municipal foi, nesse sentido, um passo assinalável, trazendo a oposição de um número crescente de deputados municipais aos aumentos. De facto, uma larga maioria dos eleitos à AM dispunha-se a re-provar a primeira revisão orçamental dos SMGE de 1983, que visava consagrar os aumentos ilegais das tarifas. Na Assembleia acabou por vencer a ideia que a APU tão repetidamente tem defendido — isto é, que os aumentos brutais não são inevitáveis — e foi constituída uma comissão com representantes das várias forças políticas para procurar apresentar uma proposta sobre o problema das tarifas na AM próxima, em 7 de Fevereiro.

A APU alerta entretanto a população do Porto, no referido comunicado, para «novas ma-

nobras de dirigentes do PS e do PPD que procurem fazer passar os brutais aumentos de 4567 e 7510 com ilusórias promessas de a curto prazo não haver mais aumentos». A população do Porto e a maioria dos deputados municipais — sublinha — estão contra a tarifa de 4567 para os consumos domésticos e de 7510 para o comércio e indústria. «É isto que não passou na Assembleia Municipal. E por isto que foi constituída a Comissão».

As tarifas que a APU propõe para o período de negociação

A Aliança Povo Unido entregou já, aliás, na mesa da AM, com vista à próxima reunião, uma proposta (divulgada na passada quinta-feira mas que os grandes órgãos de comunicação silenciaram) que no seu entender serve os objectivos ali definidos. Segundo essa proposta, a APU considera que a Assembleia Municipal deve exigir «a revogação da legislação actual referente à normalização das tarifas degradadas e a abertura imediata de um período de negociação que envolva a constituição de uma comissão constituída por um representante do Governo, por um representante de cada partido político com assento na AM, pelo director dos Serviços Técnicos e pelo director dos Serviços Administrativos dos SMGE, e ainda por um representante da EDP a designar por esta.

Segundo a APU, esta comissão Município/Governo deverá

Encontro nos Açores

Em Angra do Heroísmo realizou-se no passado sábado o II Encontro Regional do PCP sobre o Poder Local.

Cerca de cinquenta camaradas provenientes de toda a Região Autónoma analisaram e discutiram a situação e a actividade das autarquias dos Açores. O Encontro tomou decisões sobre a actividade da Organização Regional do Partido em relação a esta frente de trabalho, apreciou o trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU na Região e debruçou-se sobre a ofensiva que, quer o Governo da República, quer o Governo Regional, vêm desenvolvendo contra a natureza democrática do Poder Local.

Durante os debates, que se realizaram durante todo o dia em instalações da Escola Secundária, todos os participantes se preocuparam em formu-

lar propostas e sugestões no sentido de melhorar e aprofundar a intervenção do Partido no trabalho autárquico. No final do Encontro a mesa apresentou um projecto de conclusões que, após algumas alterações propostas, foi aprovado por unanimidade e aclamação. Conforme decisão também tomada pelo Encontro, essas conclusões serão em breve amplamente divulgadas.

Para encerramento deste II Encontro Regional sobre o Poder Local nos Açores realizou-se uma sessão, durante a qual intervieram os camaradas Manuel Fernandes, deputado à Assembleia da República e José Decq Mota, membro suplente do CC e responsável pela DORAA.

No final, todos os participantes e convidados reuniram-se no novo Centro de Trabalho de

Angra do Heroísmo, ainda em acabamento, num jantar-convívio organizado pela organização local da cidade.

Plenário em Coimbra

Promovido pela Comissão Concelhia de Coimbra do PCP realiza-se no próximo sábado, a partir das 15 horas, no «Rancho de Coimbra», um plenário de Eleitos da APU no concelho. Na ordem de trabalhos foram inscritos três pontos: balanço deste primeiro ano de mandato após as últimas eleições autárquicas, intervenções sobre o trabalho desenvolvido pela APU na Câmara e na Assembleia Municipal, assim como nas Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho, e, finalmente, a elaboração e aprovação de Conclusões.

oportunidade, por seu lado, de questionar o ministro Capucho sobre a demolição de casas na Ria Formosa. E também este ministro, em lugar de esclarecer a posição do Governo, pôs-se a fazer citações ecológicas pescadas no Congresso do Algarve, insinuando que a intervenção dos comunistas fazia parte de «equivocos e boatos».

Carlos Espadinha, que se encontrava ausente em serviço do parlamento, foi substituído na pergunta ao governo por João Amaral que colocou ao ministro Barreto questões sobre a extinção da Gelmar. O ministro pretendeu fazer recair as responsabilidades de má gestão a gestores anteriores ao 25 de Abril...

Finalmente, por parte do PCP, lida Figueiredo levantou a questão da EPAC. Para ouvir o ministro Barreto, comentando as suas perguntas, responder que não achava nada do que a deputada achava. E pronto. Assim se mostra à Assembleia e ao País um Governo, tão inseguro da sua política como arrogante na defesa da mesma.

Margarida Tengarrinha teve

PCP vai interpelar o Governo sobre salários em atraso

O grupo parlamentar do PCP entregou ontem na AR um requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia, visando a abertura de um debate de política geral centrado sobre os salários em atraso. É o seguinte o texto do requerimento apresentado:

A existência de mais de 130 mil trabalhadores com salários em atraso é um facto que tipifica e caracteriza a política social do Governo PS/PSD.

Este escândalo, caso único no mundo está a provocar situações dramáticas de fome, miséria e desespero para milhares de famílias portuguesas. Impressiona constatar a impunidade do grande patronato e das administrações, o que conduz a que em dezenas de outras empresas se façam «en-saios», adiando por uma, duas ou mais semanas, o pagamento atempado dos salários.

Os reflexos económicos, sociais e psicológicos desta situação atingem outras áreas e outras empresas, alimentando as pressões e a chantagem sobre os trabalhadores visando des-

truir e limitar outros direitos e liberdades.

O Governo PS/PSD, facilitando as actividades ilegais e repressivas do grande patronato julga encontrar facilidades para desarticular a capacidade de resistência dos trabalhadores e prosseguir a sua política nefasta.

Por isso, simultaneamente, bloqueia a negociação das convenções colectivas de mais de 1 milhão de trabalhadores ou tenta levar à aceitação de tectos salariais incompatíveis com o aumento do custo de vida.

Por isso não toma medidas de combate ao desemprego e fixa o salário mínimo nacional em valores que ficam muito aquém do aumento dos preços previstos para 1984.

Por isso mobiliza as forças

policiais para carregar sobre os trabalhadores em luta e fecha os olhos à vaga repressiva que atinge dezenas de dirigentes, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

Por isso também, julga que estão criadas as condições para investir contra direitos fundamentais dos trabalhadores que estão inscritos na lei e na Constituição. O caso concreto da descaracterização legal e constitucional dos gestores eleitos pelos trabalhadores e a ameaça de revisão restritiva da Lei da Greve, comprovam que o Governo PS/PSD está interessado em enfraquecer e desarticular a luta organizada que os trabalhadores têm travado contra a sua política.

Para alcançar os seus objectivos o Governo PS/PSD necessita de um país de homens com medo.

É esta a sua visão quanto ao não pagamento dos salários. Propositada e conscientemente permite que as situações se arastrem até à degradação sacri-

ficando uma das expressões mais significativas do direito à vida — o direito ao salário!

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou e fez votar o Projecto de Lei n.º 14/III que continha medidas eficazes para o combate à situação escandalosa dos salários em atraso. O Governo e os partidos que o apoiam opuseram-se à sua aprovação, alegando que iriam ser tomadas medidas.

Passados três meses não só não se tomaram medidas de fundo como se agravou toda a situação.

Acompanhando as aspirações, as reclamações e a luta dos trabalhadores, ao abrigo e para os efeitos no disposto no artigo 183.º, n.º 2, alínea c) da Constituição da República, o Grupo Parlamentar do PCP interpela o Governo com vista à abertura de um debate de política geral centrado predominantemente sobre os salários em atraso como manifestação mais característica e chocante de toda a política social do Governo.

PCP

Octávio Pato no Estoril: Esta política nada resolve — pensam cada vez mais portugueses

«A constatação de que a política da actual coligação nada resolve, e que é a continuação agravada dos anteriores Governos de direita, é uma ideia que se generaliza e que ganha sectores variados da sociedade portuguesa» — palavras do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, proferidas no último fim-de-semana, durante a festa-comício realizada pela Comissão Concelhia de Cascais no Pavilhão dos Congressos do Estoril.

Durante a sua intervenção o dirigente comunista falou das crescentes afirmações de luta e protesto popular contra a política do Governo, com destaque para as acções promovidas pelo movimento sindical unitário.

Noutra passagem, Octávio Pato sublinhou o balanço positivo da jornada nacional de esclarecimento sobre as conclusões do X Congresso do PCP que decorreu entre 13 e 15 de Janeiro, proporcionando um contacto directo com as populações através de numerosas iniciativas: da banca à sessão de esclarecimento, do «porta-a-porta» ao mini-comício, passando pela distribuição de documentos informativos nos bairros, nas feiras, nos mercados e noutros locais de grande concentração popular.

Adiantou ainda que a Comissão Política propôs nova jornada de esclarecimento.

Depois de abordar alguns aspectos relacionados com as

Presidenciais e de salientar a importância da iniciativa e da posição do PCP quanto à questão da despenalização do aborto, Octávio Pato referiu-se às contradições, choques e divisões no seio da coligação, declarando a dado momento:

«O essencial das divisões na coligação PS/PSD reside no falhanço da sua política, na crescente acção de massas, que abrange camadas cada vez mais variadas, e na redução da sua base de apoio social e político».

Analisando a situação económica e social do País, recordou as consequências da política de boicote e destruição do sector nacionalizado, a paralisação dos grandes empreendimentos nacionais (caso do Alqueva), a crescente taxa de inflação (em Dezembro último atingiu novo recorde: 34 por cento), a diminuição dos salários reais dos trabalhadores, o desemprego, os atrasos no pagamento de salários, as divi-

das do patronato à Previdência, o aumento da dívida externa, etc.

Já na parte final da sua alocução, Octávio Pato salientou que o desenvolvimento do movimento unitário e popular de massas, a formação dum novo partido político e a escolha de um candidato à Presidência da República capaz de contribuir para a estabilidade democrática são factores que se conjugam para assegurar a alternativa política democrática que se impõe urgentemente.

A terminar salientou que estão previstas para as próximas semanas importantes acções de luta de vários sectores, incluindo jovens, agricultores, trabalhadores da Função Pública, pequenos e médios empresários e desempregados.

Sobre as comemorações do 25 de Abril, adiantaria: «Há boas perspectivas para fazer do 10.º aniversário de Abril uma grande jornada de convergência democrática em torno dos ideais e conquistas de Abril».

Jaime Serra na Figueira da Foz

Na cidade da Figueira da Foz, intervindo num almoço comemorativo do 31 de Janeiro, que reuniu cerca de 70 pessoas, entre as quais dois membros da Comissão Nacional do

Partido Socialista, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, afirmou no início da sua breve alocução:

«Convidado pelos meus camaradas da Figueira da Foz a estar presente neste almoço de confraternização democrática que visa homenagear os heróis do 31 de Janeiro de 1891, desejo expressar, em nome do C. Central do PCP, as mais vivas saudações a todos os presentes e também sinceras felicitações aos organizadores desta iniciativa.

«Durante os negros e difíceis tempos da ditadura fascista, as comemorações do 31 de Janeiro, frequentemente reprimidas pela polícia política, traduziam importantes manifestações de unidade e combatividade dos democratas, e antifascistas que desse modo transmitiam também ao povo português a sua confiança na vitória da luta pela Liberdade e a Democracia que finalmente se veio a alcançar com a gloriosa revolução do 25 de Abril de 1974.

«Conquistada a liberdade, as comemorações do 31 de Janeiro de 1891, para além da justa homenagem ao punhado de patriotas que então se sacrificaram na luta pela liberdade, pela dignidade e pela soberania nacionais, podem constituir hoje mais um espaço de diálogo

alargado a todos os democratas dos mais diversos quadrantes políticos e ideológicos, verdadeiramente interessados na busca de soluções para a saída da crise em que o país se debate.

«É verdadeiramente escandaloso que quase 10 anos após a Revolução do 25 de Abril, os trabalhadores, a imensa maioria do povo português que suportou quase meio século de ditadura fascista, que lutou pelo seu derrube e que tão grandes esperanças depositou na revolução libertadora comecem a interrogar-se sobre qual o destino dado às suas esperanças.»

Depois de se referir às orientações seguidas pelos sucessivos Governos de direita, a «todas as ofensivas da contra-revolução», às consequências da política de recuperação capitalista e ao protesto popular contra a política do Governo PS/PSD, o dirigente comunista afirmou:

«Como o PCP tem afirmado e está largamente demonstrado na Resolução política do X Congresso, existe uma política alternativa, à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista. A política alternativa é uma política de verdadeira recuperação económica nacional, assente, fundamentalmente, nos recursos nacionais e no trabalho e capaci-

dade criadora dos trabalhadores e do povo português!

«A nosso ver, a demissão do governo PS/PSD é hoje uma condição política essencial para a criação de condições para uma alternativa democrática.

«A profundidade e extensão da crise em que o país se encontra e que será certamente ainda mais grave quando o governo PS/PSD chegar ao fim, torna legítimo afirmar que Portugal necessitará então de um Governo Democrático de Salvação Nacional; para viabilizar o qual devem estar disponíveis todos os democratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária.

«Estamos cientes de que a generalidade dos democratas presentes neste convívio, quaisquer que sejam as suas convicções ideológicas, têm como nós a noção da gravidade do momento que passa, do que está em jogo, do que se pode perder, do que urge defender e salvar (...)

«A todos apelamos para a unidade de acção à volta das iniciativas necessárias para concretizar um alternativa política capaz de fazer sair o país da crise, para a sobrevivência da nossa Pátria como Nação progressista, Livre, Democrática e Independente!»

Os novos aumentos de preços

1. Os gravosos aumentos de preços dos combustíveis hoje anunciados confirmam que o Governo PS-PSD, insensível às duras privações e dificuldades que atingem as famílias portuguesas, persiste no téimoso objectivo de, continuar a bater todos os recordes de subida de preços, degradar de forma insustentável as condições de vida da população.

2. Como aconteceu em anteriores ocasiões de aumentos de preços, seja com este seja com anteriores governos de direita, não faltaram pela certa as habituais e mentrosas justificações sobre a alegada «inevitabilidade» de tais agravamentos de preços.

A verdade, porém, é que está exaustivamente demonstrado e provado que a descontrolada espiral de aumentos de preços de produtos, bens e serviços essenciais, sacrificando e lesando de forma drástica e injusta a população, afectam também consideravelmente as próprias condições de funcionamento das actividades produtivas.

3. A política governamental de alta desenfreada do custo de vida é parte integrante da cruzada em curso de furiosa exploração e espoliação das massas laboriosas conduzida pelo Governo de Mário Soares e Mota Pinto, ao serviço do grande capital. Os milhões de contos que se roubam no poder de compra dos trabalhadores e da população são milhões de contos que o Governo injecta na reconstrução das grandes fortunas.

4. Uma certeza inabafável se deve hoje cimentar na consciência de todos os portugueses que são vítimas da política de desastre, miséria e ruína nacional conduzida pelo Governo PS-PSD: a certeza de que o único caminho capaz de assegurar a defesa dos seus interesses e a salvaguarda dos interesses do País é o caminho de uma crescente participação na luta popular e no protesto nacional contra o Governo PS-PSD, por uma alternativa democrática.

31/1/84

A Sip do PCP

O discurso do ministro das Finanças

1. O discurso proferido pelo ministro das Finanças, no Instituto de Defesa Nacional, confirma que, como o PCP tem denunciado, para o Governo PS-PSD todas as aspirações populares e todas as necessidades e objectivos nacionais devem ser totalmente sacrificados em favor da rápida restauração do poder do grande capital sobre a economia e a sociedade portuguesa.

2. Com efeito, por detrás das dezenas de eufemismos usados pelo ministro das Finanças, o que se desvendava é, não um qualquer projecto de efectiva «reestruturação e modernização» da economia portuguesa, mas um claríssimo programa de reconstrução acelerada dos grupos monopolistas e do seu despótico controlo sobre a economia e a vida nacional, à custa do agravamento do atraso e da dependência nacionais, de destruição do sector público da economia, da completa desarticulação e anarquia do aparelho produtivo nacional.

3. Dez anos depois do 25 de Abril, o Governo PS-PSD pela boca do seu ministro das Finanças, tem o desprazer de pretender apresentar como única solução para os problemas nacionais exactamente as linhas essenciais da política económica seguida pelo fascismo e que, como é sabido, conduziram Portugal a uma situação óptima para os grandes capitalistas, mas de gigante miséria e privações de toda a ordem para os portugueses e de profundo atraso para o País.

4. O discurso do ministro das Finanças põe a nu que não são razões e critérios ditados pelos interesses da economia nacional que determinam a política do Governo PS-PSD.

Não são razões económicas que determinam a ofensiva de destruição do sector público e nacionalizado (cuja contribuição essencial para a recuperação económica e o desenvolvimento nacional é indiscutível), mas tão só o objectivo de reprivatizar as empresas nacionalizadas, as quais, como aconteceu no tempo do fascismo, uma vez de novo nas mãos dos Mellos, Champalimaud, Espírito Santo e outros, logo voltarão a ser consideradas motor do desenvolvimento e a ser privilegiadas com o apoio e os créditos estatais que agora lhes são recusados.

Não são razões económicas que determinam a anunciada política de abandono dos grandes projectos de interesse nacional (que indiscutivelmente são indispensáveis para assegurar o desenvolvimento independente do país), mas tão só o objectivo de manter Portugal como mercado certo e seguro para as produções dos países da CEE e dos EUA.

Não são razões económicas que determinam a drástica política visando a liquidação de milhares de pequenas e médias empresas (cujo contributo para a manutenção do nível de emprego e para a saída da crise não pode ser negado), mas tão só o objectivo essencial de decidir, por via da acção governativa, em favor da concentração capitalista.

5. O discurso do ministro das Finanças não é apenas uma vergonhosa demonstração do carácter deliberadamente criminoso de uma política de destruição de transformações democráticas que são condição decisiva para garantir a recuperação económica e a saída da crise.

É também um clamoroso testemunho de que uma política servil de defesa dos interesses do grande capital e do imperialismo anda de braço dado com um completo desprezo pelos interesses mais vitais da nação portuguesa.

Inspirado pela lógica implacável dos interesses do grande capital, o que o ministro das Finanças veio dizer, no fundo, foi que Portugal deve conformar-se, para hoje e para amanhã, com o atraso, a dependência, a submissão e a crise.

6. Nestes termos, o discurso do ministro das Finanças, como símbolo da política ruinosa e de abdicção nacional do governo PS-PSD, só pode suscitar indignação, um mais forte protesto e uma maior vontade de luta por parte de todos os portugueses que não se conformando com a catastrófica económica e social, continuam justamente a acreditar que no Portugal democrático se podem cumprir as esperanças de bem-estar, progresso social e desenvolvimento abertas pelo 25 de Abril.

31.1.84

A SIP do PCP

A instalação do radar da NATO na Fóia

Numa nota divulgada no passado dia 25 em Faro, a Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL) do PCP comenta a notícia da instalação no concelho de Monchique (Fóia) de um radar da NATO, cujo funcionamento está previsto para 1987, como revelou o próprio presidente da Câmara Municipal de Monchique.

«A instalação deste sofisticado aparelho militar na serra algarvia» sublinha a DORAL do PCP, «não pode desligar-se dos acordos recentemente celebrados pelo Governo PS/PSD com os americanos, que apontam para a concessão de maiores facilidades na utilização da base das Lajes nos Açores, da faculdade dada aos franceses para a instalação de uma base de rastreio de mísseis na ilha das Flores e do já frequente e preocupante estacionamento e trânsito de submarinos equipados com ogivas nucleares no estuário do Tejo».

«A tudo isto podemos juntar ainda a pretensão de colocar a base de Beja a apoiar a força de intervenção rápida dos EUA com destino ao Médio Oriente e as negociações em curso para abrir o aeroporto de Porto Santo, na Madeira, a fins militares ligados à NATO» — recorda a DORAL, que acrescenta:

«Por outro lado, a instalação do radar na Fóia — um radar de rastreio ligado a um computador sob o comando da NATO em Bruxelas — «pode ser a ponta visível de um plano mais vasto que pode ter como objectivo a utilização de outras áreas do Algarve para fins militares».

Ao referir que «tais actos, praticados nas costas do povo português, são a expressão, no plano das relações internacionais, da política aventureirista e irresponsável do Governo PS/PSD, de total submissão aos interesses do imperialismo, em ligação estreita com os seus círculos mais reacçãoários e agressivos», a Direcção Regional do PCP alerta para o facto de que essa política «envolve crescentemente Portugal nos planos de agressão do imperialismo e transforma o Algarve em alvo preferencial em caso de conflito nuclear».

A luta pela Paz

Salienta a DORAL do PCP nos últimos parágrafos do seu comunicado tornado público recentemente:

«Tais decisões desprezitam o espírito da Constituição e contrariam de forma brutal o sentir das populações da região e o desejo já expresso, por vários órgãos do Poder Local, que por diversas vezes se pronunciaram contra a instalação e trânsito no algarve de armas nucleares, numa clara intenção de contrariar e combater a corrida armamentista e de se bater pela defesa da Paz. Ainda recentemente a Assembleia Distrital se pronunciou, por larga maioria, nesse sentido.

«Para além disso, há vários anos que o Algarve é palco da Festa da Paz e da Cultura, iniciativa que com grande adesão popular é fundamentalmente dedicada à luta pela Paz e ao desanuviamento nas relações internacionais, contra a corrida armamentista e o holocausto nuclear.

«Tais manifestações exprimem forte desejo que anima grande parte da população algarvia em defender e preservar a Paz.

«A decisão de instalar o radar na Fóia, ao serviço da corrida armamentista e da estratégia dos círculos mais agressivos da NATO, vem colocar à população do Algarve a necessidade imperiosa de reforçar a luta pela Paz.

«A DORAL do PCP, que já há meses atrás tinha tomado posição contra a utilização da Fóia para fins militares, vem de novo protestar vivamente contra tal medida e apela para que em torno da luta contra tal decisão se unam todos aqueles para quem a defesa da vida, do progresso e bem-estar dos povos, constitui um supremo e inadiável dever».

Sábado, na Amadora Encontro de quadros

Em 18 de Dezembro terminou no Porto o X Congresso do Partido Comunista Português. Das dezenas de intervenções sobre os mais diversos problemas que afectam a vida nacional e das que incidiram sobre a actividade do PCP, foi aprovada uma

Resolução Política que condensa os principais aspectos das intervenções e conclusões da grande assembleia dos comunistas portugueses. Para uma discussão sobre as orientações aprovadas e sobre a actividade passada, presente e futura do

PCP no concelho, a Comissão Concelhia da Amadora realiza no próximo sábado, dia 4, um encontro de quadros do Partido no concelho, cujos trabalhos decorrerão no pavilhão polivalente da Brandoa, a partir das 9 e 30. Este encontro está a

ser aguardado com vivo entusiasmo, prevendo-se a participação de todas as organizações do Partido no concelho; das sete freguesias às numerosas células de empresa. Participará na iniciativa um camarada do Comité Central do Partido.

Centro de Trabalho de Almada

Iniciativas diversas, no sábado e domingo próximos, assinalam o prosseguimento das actividades culturais e de convívio que a Comissão de Freguesia de Almada vem promovendo com notável regularidade e êxito.

Este fim-de-semana é dedicado ao encerramento da Campanha Casa Abril, Casa Nossa, que possibilitou a compra do edifício onde se situa o Centro de Trabalho Alberto Araújo — sede destas iniciativas. Assim, na noite de sábado e na tarde e na noite de domingo haverá convívios, animados pelo conjunto «Casa Abril», e, no domingo, um almoço comemorativo do encerramento da Campanha, para o qual estão ainda abertas inscrições.

Entretanto, a realização que assinalou o último fim-de-semana — de um ciclo de actividades culturais a que os camaradas chamaram «A cultura é uma arma» — foi calorosamente acolhida por todos os participantes. O Grupo de Campolide levou ali, no sábado, alguns quadros da peça «1383», de Vergílio Martins, que participou no animado debate que se seguiu, assim como o encenador Joaquim Benite e os actores José Martins e Henriqueta Maya.

Iniciativas no Algarve

Estão previstas na região do Algarve para os próximos dias as seguintes iniciativas do Partido:

Hoje — reunião das células da TAP, ANA e Ferroviários, às 21 e 30, no CT de Faro.

Amanhã (6.ª-feira) — reunião da célula da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, às 18 horas, em Faro; reunião da Comissão de Freguesia da Conceição, às 21 e 30; reunião da Comissão Local de Bela Curral, às 21 e 30.

Sábado — reunião da Comissão Local da Bordeira, no CT, às 15 horas.

Domingo — reunião de agricultores do Sotavento, no CT de Faro, às 15 horas, iniciativa da DORAL; almoço-convívio no mesmo CT, às 13 horas.

Dia 8 — reunião do organismo dos Comerciantes, no CT de Faro, às 21 e 30.

Comunistas alentejanos sublinham importância da unidade e da luta

«É necessário unir vontades e esforços e intensificar a luta contra os salários em atraso, contra o desemprego, a «lay-off» e os despedimentos, contra a subida insuportável do custo de vida, contra a contenção da contratação colectiva, contra a política de falência das pequenas e médias empresas, contra a degradação do ensino, contra a corrupção, contra o agravamento geral das condições de vida do povo, contra a submissão vergonhosa às imposições do FMI, da NATO e do imperialismo americano. É uma tarefa patriótica unir vontades e intensificar a luta de massas contra a política de destruição da Reforma Agrária e das empresas nacionalizadas, política orientada para acabar com as conquistas de Abril e reconstituir de novo as grandes fortunas num punhado de famílias» —

Gamaradas falecidos

Manuel Cipriano Ferreira

Com 89 anos, faleceu no passado dia 19 de Janeiro o antigo militante do Partido, Manuel Cipriano Ferreira. Era natural e residia em Reguengo do Alviela, freguesia de S. Vicente do Paúl, no concelho de Santarém.

Bernardino F. Coelho

Residente em Lisboa (Anjos), faleceu recentemente o camarada Bernardino Ferreira Coelho, de 81 anos, membro do Partido desde longa data. Trabalhou no Ministério das Obras Públicas (DGEMM) e era conhecido como o «fiscal Coelho».

Desidério A. Silva

Guitarrista do grupo «Fado de Abril», faleceu recentemente o militante comunista Desidério Augusto Camacho Silva, de 62 anos. O camarada militava na organização da 5.ª zona (freguesia de S. Domingos de Benficia) do Comité Local de Lisboa do PCP.

Deolinda R. Silva

Com 39 anos, faleceu no passado dia 20 a nossa camarada Deolinda Ribeiro e Silva. Pertencia à organização da freguesia de São Salvador, concelho de Ilhavo.

As famílias dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Verde Esperança em Montemor

No último sábado, numa zona industrial que dá pelo nome da Adua, no concelho de Montemor-o-Novo, foi inaugurada uma oficina mecânica da Reforma Agrária — Verde Esperança, assim se chama — que irá servir as UCP's/Cooperativas e os pequenos e médios agricultores da região.

Integralmente construída com dinheiros provenientes da solidariedade internacional, designadamente de uma organização holandesa de carácter humanitário, e com o trabalho voluntário de muitos operários rurais, este empreendimento tem, no momento actual, um elevado significado político e económico.

Se por um lado, os associa-

Plenário da DORAL

No próximo domingo, dia 5 de Fevereiro, realiza-se a primeira reunião do plenário da DORAL em 1984.

Da ordem de trabalhos da reunião constam a análise à situação política e social no distrito, a aprovação do plano de

actividades para o ano em curso e ainda a discussão de alguns aspectos do trabalho de direcção.

Na reunião participará o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Internacional

EUA — O discurso do presidente

Demagogia e falsificação

— a mesma política

Em dois discursos sucessivos — o do «Estado da União», que oficialmente assinala o início das sessões do Congresso dos Estados Unidos, e o de lançamento da sua recandidatura — o presidente Reagan deixou claro, quer as pretensões a continuar a política (perigosa e dramática para todos os povos, como para o americano) que tem vindo a ser seguida, quer o carácter demagógico, de montagem teatral, que assumem as eleições nos EUA, como aliás noutros países capitalistas.

Abordando alguns dos aspectos mais salientes das duas intervenções, destacaremos, em primeiro lugar, o esforço de traçar um quadro particularmente sombrio da situação encontrada quando do início do seu mandato. Trata-se, como bem sabemos, de uma técnica conhecida. Também aqui, em Portugal, o governo PS/PSD, tenta justificar a sua política, na situação encontrada quando assumiu as suas funções, como se os partidos que o compõem nada tivessem a ver com tal situação!

Reagan afirma textualmente — o país começou a sair «da longa noite de calamidade social». E refere a recessão, uma «defesa nacional perigosamente débil».

A este quadro, contrapõe a política actualmente seguida:

«Começámos a restabelecer a nossa Defesa, restaurámos a credibilidade e estamos em condições de procurar, com confiança, uma paz duradoura e, simultaneamente, uma redução dos armamentos».

Afirmações que directamente nos conduzem a um outro traço típico do discurso do presidente norte-americano: a demagogia, a falsificação dos factos.

Porque o que os factos indicam está bem longe do conteúdo destas declarações.

Os factos

A verdade é que, se alguns índices positivos se manifestam na economia norte-americana, não só são excessivamente débeis para se poder falar de recuperação, como não

podem ser desligados, quer do próprio ciclo da crise capitalista, quer da aposta na corrida aos armamentos, ou ainda da captação de capitais estrangeiros através, nomeadamente, do jogo das altas taxas de juro (em detrimento dos seus próprios aliados).

Por outro lado, os défices orçamentais atestam bem do carácter pouco saudável de uma economia que se pretende apresentar em fase de ascensão.

Para um único sector da população é benéfica a política económica seguida pela Casa Branca — para o grande capital, para os monopólios. Porque estes viram desagradados os impostos, e abriram-se-lhes as portas de uma maior exploração do trabalho, e portanto maiores lucros. Para estes, a política de guerra e corrida aos armamentos, é um verdadeiro maná. Pelos superlucros que a produção de armamentos faculta. Pela reforçada exploração dos trabalhadores norte-americanos e de outros países, que a política de Washington permite.

Para a grande massa da população do país, para os traba-

lhadores, para as minorias étnicas, para as mulheres, mesmo para sectores médios anteriormente não atingidos pela política central — a política de Reagan tem sido a pior possível.

Desde a grande recessão — que Reagan se compraz em invocar, como típica da situação que o seu governo foi encontrar — nunca tantos viveram tão mal nos EUA. Não por acaso os mortos de frio, os muitos que vivem abaixo do nível oficial de pobreza, os muitos que são expulsos de suas casas, o aumento da taxa de analfabetismo. Os cortes nas verbas sociais têm o seu preço. Um preço que não é pago — pelo contrário — pelo grande capital. Mas que recai — por vezes de forma dramática — sobre as massas trabalhadoras.

A aposta na força

É no plano da política externa que para nós mais resalta o carácter demagógico, a deliberada falsificação dos factos, produzida nos discursos eleitoralistas de Reagan.

Todos sabemos que hoje não se está a caminhar para a paz, para uma situação de

maior segurança internacional, para a redução de armamentos. O Líbano, Granada, o cerco da Nicarágua, a guerra não declarada contra Angola ou contra o Afeganistão, os novos mísseis nucleares na Europa, as novas armas na forja nos EUA, o arsenal de munições químicas, a recusa de um diálogo leal — tudo isso são elementos de uma situação mundial que, pela exclusiva responsabilidade do imperialismo, assumiu um carácter particularmente grave.

Aliás a condenação desta política tem a sua expressão, crescente, nos EUA. Não são por acaso os esforços de Reagan se apresentar com uma linguagem menos agressiva, metendo num invólucro mais pacífico as mesmas declarações, a mesma política profundamente belicista. Esforços que aliás vão de par com outros em sentido bem diverso: o fomento de um espírito chauvinista de grande potência, adequado à aceitação interna de qualquer intervenção contra outros povos. Assim se tenta bater em todas as teclas, na caça ao voto.

A coordenação da política de



Reagan, assume, antes de mais, o carácter de um movimento de massas. Um movimento contra a corrida aos armamentos, contra a intervenção (e as consequências mortais) no Líbano ou em Granada, contra a política desenvolvida na América Central.

Mas também, ao nível do próprio poder, como no Partido Democrático, se ouvem vozes de severa crítica à política externa de Reagan. Enquanto o dirigente negro Jesse Jackson (também candidato do Partido Democrático), destaca «o número de pessoas que perdeu a vida na América Central, nas Caraíbas e no Médio Oriente», o candidato democrata Mondale salienta que «se malograram as negociações sobre o controlo de armamentos, que os EUA acentuaram a sua intervenção no Médio Oriente e na América Central, e que devido à políti-

ca da administração Reagan a corrida armamentista torna-se cada vez mais perigosa». E acrescenta: «São problemas que afectam não só os EUA como o mundo inteiro.»

Mas talvez a mais clara confirmação do carácter demagógico do discurso eleitoralista do presidente norte-americano seja o próprio programa eleitoral de Julho de 1980, onde se diz: «Actuaremos com o objectivo de um aumento permanente das despesas com a defesa a fim de finalmente atingir uma posição de superioridade militar.»

Todos estes factos, estas direcções da actual política da Casa Branca, se interligam. A corrida aos armamentos, a aposta em posições de força, no intuito de fazer recuar a roda da história — no plano externo. Os cortes nas verbas sociais, a redução de impostos

sobre o capital, o regresso, anacrónico, a um «liberalismo» económico, de que o mais saliente teórico já foi muito fundamentadamente denunciado na Grã-Bretanha como um charlatão, passos atrás em aspectos da política social como no que respeita a pretensões de ilegalização do aborto ou a obrigatoriedade da religião nas Escolas (enquanto muitos professores estão a ser lançados no desemprego) — no plano interno.

Em síntese: pretende-se impor ao povo norte-americano — e na verdade a outros povos do mundo, por força da posição internacional hoje ocupada pelos Estados Unidos — uma política ao arreu da evolução da história, caracterizada pelo carácter obscurantista e retrógrado. É este o programa e a prática política de Reagan. É esta a política do grande capital a nível internacional.

BRASIL

Da tragédia do Nordeste ao negócio da seca

Cinco anos de seca no Nordeste brasileiro significam muito mais do que a terrível tragédia de dez milhões de pessoas com fome; significam a morte, a degradação da espécie humana, a escravatura e a mais execrável forma de exploração imperialista.

Abraçando oito estados do Brasil, 900 000 km², 25 milhões de habitantes, 11 por cento do território e 9 por cento da população do país, o Nordeste brasileiro sofre desde tempos remotos os flagelos da seca, da fome e da miséria, agravados ciclicamente por anos consecutivos sem uma gota de água. O feijão, a batata e a mandioca, paupérrima base tradicional da alimentação nordestina, desaparecem nesses períodos quase por completo sobrevivendo (?) então a população comendo ratos, lagartos, cactos e o que quer que seja susceptível de trincar.

A cada nova seca, pontuada aqui e ali com o assalto dos famintos a supermercados e armazéns de víveres que as autoridades se apressam a designar de actos de vandalismo, enunciam-se planos e projectos para a resolução do problema que não passam do papel, ensaiam-se explicações fatalistas e espera-se que chova.

Entretanto, os especialistas vão estudando os efeitos que a seca, a fome e a miséria têm sobre as populações atingidas e divulgando conclusões cada vez mais aterradoras. Um estudo recente publicado pelo Instituto de Nutrição da Universidade de Pernambuco deu a conhecer à opinião pública as profundas transformações genéticas, que se creem serem irreversíveis, provocadas por aqueles flagelos na população nordestina: o aparecimento de gerações de anões. Experiências feitas com ratos, submetidos à mesma alimentação que os nordestinos (feijão, mandioca e batata), revelaram ao fim de três anos que os animais ficavam reduzidos a um terço do seu tamanho normal e que as fêmeas ao procriarem, mesmo recebendo suplementos alimentares, se mostravam incapazes de ter crias normais. Estas experiências, feitas para confirmar o crescente aparecimento de anões no Nordeste brasileiro, mostraram ainda que os descendentes anões apresentam uma redução da massa encefálica de cerca de 20 por cento do normal, o que aponta para a pos-

sibilidade do comportamento e faculdades mentais dos seres humanos em semelhantes situações serem alteradas.

Essa é de resto a opinião do presidente da Sociedade Brasileira de Pediatría, José de Lima, que recentemente afirmou que a desnutrição crónica desemboca no aparecimento de uma sub-raça constituída por elementos anões, de pernas curtas e baixos coeficientes de inteligência.

A desnutrição e as diarreias — fez ainda notar — provocam actualmente a morte de 70 por cento das crianças do Nordeste brasileiro, região onde a mortalidade infantil atinge tradicionalmente as percentagens mais elevadas do mundo, entre 250 e 500 por mil.

Por seu turno, o psicólogo Heitor de Macedo, que efectuou um estudo sobre o comportamento infantil no Nordeste, é de opinião que as consequências psíquicas da fome são ainda mais graves do que as físicas.

As crianças nordestinas que observamos — diz — são psicopatas, porque todas sofrem, 24 horas por dia, umas dores inexplicáveis para a idade. A incapacidade de separar a dor provocada pela fome da tortura física conduz à loucura (...). Quando as autoridades brasileiras conseguirem vencer o problema da fome do Nordeste, se algum dia o conseguirem, serão confrontadas com outro problema crucial: a loucura.

Seria bom pensar que tais opiniões são exageradas ou que se reportam a casos isolados, mas tal não é verdade. Já um estudo feito pela UNICEF com base em elementos recolhidos em 1974/75 revelava que 69 por cento das crianças nordestinas mais pobres eram anãs. E nos últimos dez anos a situação não só não melhorou como se agravou substancialmente nos últimos cinco anos de seca consecutiva.

Cinco anos em que a ausência de quaisquer medidas para a resolução de tão grave pro-



Manifestação frente ao Parlamento, em Brasília, contra o projecto de lei 2045, que limita a subida dos salários a 80% da Taxa de Inflação, que é actualmente de 175% — uma medida ditada pelo famigerado FMI...

blema assume as proporções de um verdadeiro genocídio. Porque ao contrário do que pretendem os fatalistas, alguma coisa pode ser feita contra o fenómeno climático. Se nada se faz é porque interesses obscuros o vêm impedindo.

O negócio da seca

Experiências realizadas em zonas muito mais secas do mundo, como no deserto da Ásia Central soviética, por exemplo, mostram como é possível combater a falta de água e criar condições de vida para as populações. O Nordeste brasileiro não é totalmente desprovido de recursos hidrográficos: é contornado ao sul pela corrente inferior do rio São Francisco, a noroeste corre o potente rio Amazonas, tem zonas onde existem lençóis de água subterrâneos. Com canais, com condutas, com motores, com plantações adequadas, seria possível dar água ao Nordeste.

Ou seja, a catástrofe nordestina é essencialmente uma questão de falta de estruturas, aliada com uma política agrícola e uma divisão da propriedade que nada tem a ver com os interesses nacionais brasileiros. Com o colonialismo português, primeiro, com a dependência do imperialismo, depois, o equilíbrio ecológico do Brasil tem vindo a ser posto em causa em função dos interesses económicos cujo único interesse é o lucro.

Não é despropositado recordar os ciclos do açúcar, do cacau, do café, dos diamantes, que no passado liquidaram a agricultura de subsistência da população e alteraram as condições atmosféricas, até porque os ciclos continuam. O estado de Paraíba, por exemplo, está a ser fortemente afectado pelo «plano do álcool», cujo objectivo é a fabricação, a partir da cana-do-açúcar, de um produto destinado a substituir a gasolina de modo a reduzir as importações de petróleo e a dívida externa (100 mil milhões de dólares, a maior do mundo).

A extensão das plantações de cana tem consequências ecológicas e alimentares catastróficas, como de resto vem alertando desde 1979 o Centro de defesa dos direitos humanos de Paraíba, que já demonstrou que as condições climáticas se agravaram ainda

mais com a situação provocada pela destruição sistemática dos solos. Para já não falar do empobrecimento massivo dos pequenos camponeses expulsos das suas terras, que não só perderam a sua agricultura de subsistência como também o trabalho, já que a sua mão-de-obra só é utilizada sazonalmente.

A recente descoberta de uma rede de tráfico de escravos, no interior do Ceará, ilustra bem a exploração total a que estão submetidos os camponeses nordestinos. Arruinados pela seca que não se combate ou expulsos das suas terras pelos interesses das multinacionais, os camponeses aceitavam trabalhar para os latifundiários em troca de um salário, comida e alojamento. Só que chegados às propriedades verificavam que a alimentação, alojamento e transporte eram descontados dos salários, ficando de imediato em dívida com os proprietários. Um serviço de segurança privado, a versão actual dos jagunços para os novos coronéis, obrigava ao trabalho e impedia a fuga.

Os responsáveis pelo tráfico vendiam cada trabalhador por 400 mil cruzeiros! As autoridades afirmaram que os «vendedores» foram presos, mas dos latifundiários compradores nada se sabe... embora não seja difícil adivinhar a sua impunidade!

Mas o negócio da seca estende-se a outros estados brasileiros. A falta de água transformou-se numa indústria lucrativa para as grandes multinacionais que aí querem criar uma agricultura capitalista, sem atender às consequências que tal terá para o Brasil.

Em Agosto do ano passado, vinte e três representantes de bancos, na maioria dos Estados Unidos, reuniram-se em São Paulo para pôr de pé um gigantesco projecto de irrigação a partir do rio S. Francisco. Um projecto que incide sobre 800 000 hectares de terra e prevê a utilização de dois mil milhões de dólares para a produção de frutos para exportação. Idênticas culturas estão a ser desenvolvidas noutras regiões, por grupos brasileiros e estrangeiros, visando a exportação de frutos para os EUA, a RFA, o Japão e beneficiando dos créditos do governo federal.

O Brasil é vendido a retalho para pagar os empréstimos do FMI: em 1980, cerca de 30,4 milhões de hectares de terra estavam nas mãos de estrangeiros; no Nordeste, onde 32 proprietários possuem plantações com cerca de 78 000 hectares cada um, a concentração latifundiária acelerou-se com a seca, a fome e a miséria dos flagelados nordestinos.

Não é pois de espantar que em vésperas de eleições presidenciais o general Figueiredo não queira introduzir o sistema de eleição directa. Tal como na Argentina, os generais brasileiros têm muitas contas a prestar ao povo brasileiro.

Reacende-se a luta no Chade

O recente fracasso das tentativas de resolução pacífica da situação no Chade, provocado pela ausência de Hissene Habré ao encontro preparado pela Etiópia para Addis-Abeba sob os auspícios da Organização de Unidade Africana, numa tentativa de sentar à mesa das negociações as partes em conflito, representou o ponto de partida para nova escalada agressiva no já martirizado território chadiano.

Recusando o diálogo com os representantes do Governo de Unidade Nacional de Transição (GUNT), o governo de N'Djamena liderado por Habré mostrou de novo estar disposto a prosseguir a guerra civil, não obstante a sua situação no Poder só se manter graças ao apoio que recebe do governo de Paris.

Como a provar o crescente empenhamento da França na defesa de um governo sem base popular, um caça «Jaguar» francês e um «Mirage» sobrevoaram as posições do GUNT no norte do Chade a semana passada. Um acto irresponsável, como irresponsável tem vindo a ser a política externa de Mitterrand, pois como seria de esperar os nacionalistas chadianos respon-

deram ao ataque, abatendo um avião e o respectivo piloto, enquanto o outro, embora atingido, conseguia voltar à sua base.

Tal como no Líbano, também no Chade os franceses começam a morrer, pagando caro os interesses neocolonialistas e de defesa do imperialismo em países cujos conflitos internos não se resolvem com a intervenção estrangeira.

A atitude das forças francesas estacionadas no Chade é tanto mais incompreensível quanto, após ter sido violada a «linha vermelha» por elas inventada para a separação das zonas de influência das forças chadianas em confronto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros vem a público reafirmar que a França «não modificará os objectivos de restabelecer a unidade e a soberania do Chade».

Estranha forma esta de preservar a unidade, impedindo o diálogo e interferindo directamente em confrontos armados. Tão estranha como não reconhecer a existência do GUNT e a sua influência, preferindo lançar a responsabilidade de tudo o que sucede naquele país africano sobre a Líbia. Mais estranho ainda se se tiver pre-

sente que foi a França quem pressionou o GUNT presidido por Gukuni Weddei a pedir a retirada das tropas líbias que se encontravam no país antes da tomada do Poder por Hissene Habré, que logo se apressou a reconhecer e a apoiar política, económica e militarmente.

Um apoio a que não é estranho, claro, o interesse da França pela riqueza do Chade em urânio e outros minerais, bem como as vantagens de um governo dócil aos interesses do imperialismo na região.

O que não significa que a tarefa seja fácil, como o demonstram os longos meses de luta armada, a capacidade de mobilização popular do GUNT e a sua disposição de combater pela defesa dos interesses nacionais do paupérrimo povo chadiano.

Como afirma um comunicado do GUNT divulgado após a violação da «linha vermelha» pelos aviões franceses, a França deve agora, naturalmente, admitir uma reacção apropriada por parte dos patriotas chadianos em luta pela sua independência, tal como aconteceu antes com os povos da Argélia e do Vietname.

COREIA

Novas propostas de Paz

Quase 40 anos são passados sobre a divisão da Coreia. Então, a força militar dos EUA, a quem cabia libertar a zona sul do país do jugo japonês, arvorou-se de facto em força de ocupação. Ficaram célebres as palavras do comandante das forças americanas na zona, John Hodge, que afirmou: «Utilizo o aparelho de controlo deixado pelos japoneses porque de momento este é o método de administração mais eficaz». Nós diríamos antes — método de dominação.

Uma guerra se seguiu, no intuito de alargar ao Norte o domínio estrangeiro imposto a Sul. Foi a guerra da Coreia, a primeira grande derrota militar do imperialismo no pós-guerra. E que terminou com a derrota das pretensões imperialistas e com um armistício, que data de há mais de 30 anos. O fim do estado de guerra nunca foi declarado juridicamente. Ainda não há muito, o presidente norte-americano foi à fronteira imposta entre as duas Coreias, focar nos seus binóculos o lado de lá (esse lado de lá rebelde que a guerra não conseguiu destruir como país independente). A situação na península foi sempre de tensão. Hoje ainda agravada pela política desenvolvida pela administração Reagan de reforço das suas posições militares no Extremo Oriente.

A total responsabilidade da

situação criada cabe — neste caso mesmo de forma directa — aos Estados Unidos. A agudização da tensão e do volume e qualidade de armamentos (incluindo projectos de instalação de mísseis Pershing-2, mísseis Cruzeiroiro e bomba de neutrões), nada tem a ver com o invocado — e tradicional — argumento da «ameaça do Norte». Pelo contrário. Da República Popular Democrática da Coreia têm partido, não ameaças de guerra, mas sim múltiplas e persistentes propostas visando, em primeiro lugar a paz, e futuramente, a reunificação do país.

Uma vez mais a República Popular Democrática da Coreia avança com nova proposta no sentido do saneamento do clima político na Península, proposta que foi apresentada — por carta — ao governo de

Washington e ao governo fantoche de Seul.

Em 10 de Janeiro, em Pyongyang, realizou-se uma reunião conjunta do Comité Popular Central e do Comité Permanente da Assembleia Popular Suprema da República Democrática da Coreia.

Nessa reunião foi salientado o agravamento do estado de tensão na Coreia e mesmo o aumento do perigo de uma guerra nuclear.

Como elementos do agravamento da tensão, são referidos — a aberta intenção dos Estados Unidos de perpetuar a ocupação militar da Coreia e utilizar a Coreia do Sul como colónia e base militar; o facto de toda a zona do leste asiático, incluindo a Coreia do Sul, ter sido proclamada zona de interesse vital para os EUA; o aumento das forças armadas norte-americanas no Sul; acções militares de carácter provocatório com especial destaque para as manobras conjuntas «Team Spirit», de crescente envergadura, e que constituem verdadeiros ensaios de uma guerra contra a República Popular Democrática da Coreia.

Salientada igualmente a aliança militar tripartida entre os Estados Unidos, o Japão e a Coreia do Sul, que surge como um novo bloco militar, uma NATO asiática.

Face a esta situação — aos perigos que ela comporta, nomeadamente de uma guerra que pode, não só, assumir um carácter nuclear, como generalizar-se a nível mundial, foi decidida a apresentação de nova proposta — conversações tripartidas entre a República Popular Democrática da Coreia, os Estados Unidos e a Coreia do Sul. Em tais conversações deveriam ser discutidas medidas tendentes a aliviar a tensão existente e criar premissas para uma solução pacífica do problema coreano.

O proposto acordo de paz — a debater nas conversações — deveria incluir a proclamação oficial do fim — no plano legal — da guerra da Coreia, a conversação do armistício numa paz duradoura, a evacuação de todas as tropas estrangeiras da Península, e, paralelamente, uma declaração de não-agressão entre o norte e o sul, que incluísse a não utilização e redução mútua das forças armadas.